

UNIVERVIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
MESTRADO EM FILOSOFIA

EVANDRO GLAUCO DA SILVA PARENTE

A UTOPIA DE THOMAS MORE: a sociedade igualitária

BELÉM- PA
2026

EVANDRO GLAUCO DA SILVA PARENTE

A UTOPIA DE THOMAS MORE: a sociedade igualitária

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Pará (PPGFIL-UFPA), como parte dos requisitos necessários para obtenção de título de Mestre em Filosofia.
Linha de Pesquisa: Ética, Estética e Filosofia Política.
Orientador: Prof. Dr. Ivan Risafi de Pontes.

BELÉM-PA
2026

A pureza da minha consciência, eis a fonte da minha alegria.

AGRADECIMENTOS

Recordo de muitos que foram essenciais para minha formação, não irei citar todos aqui, porém permanece minha profunda gratidão e admiração.

Início meus agradecimentos recordando da figura de meu pai, Glauco de Nicola Parente, pelo apoio em todas as minhas decisões. Em sua imagem paterna aprendi que conhecer é amar! O conhecimento nasce da escuta atenciosa de quem deseja explorar e conhecer o mundo sem perder a essência da partida – nossa primeira casa. Viaje sem esquecer de onde saiu! Obrigado pelo conhecimento riquíssimo, meu Pai!

Agradeço pelo dom da vida e pela oportunidade de existir e viver graças a minha mãe!

Ao meu irmão, Abraão Gomes da Silva, pelo testemunho de vida e sabedoria.

Agradeço de forma muito especial a minha amada namorada, Aillime Costa dos Santos, pela paciência, dedicação e carinho em todo esse trajeto. Em seu amor encontro abrigo e carinho para repousar tranquilo nessa vida.

A minha sogra por todo carinho e cuidado comigo!

Aos meu Orientador, Ivan Risafi de Pontes, pela sua orientação, pelo incentivo na pesquisa e o cuidado no desenvolvimento meu como pesquisador.

Aos meus amigos, minha gratidão pelo companheirismo!

RESUMO

A presente pesquisa posiciona a obra "Utopia" de Thomas More no contexto da transição do período medieval para o moderno (século XVI) e no movimento do Humanismo do Norte. O trabalho não se limita a descrever a ilha fictícia, mas a usa como um meio para uma crítica filosófica e política radical da Inglaterra de sua época. No primeiro capítulo descrevesse o contexto e a ruptura. O autor descreve a crise da ordem medieval, onde a relação entre a Igreja e o Estado (simbolizada pela coroação dos reis pelo Papa) fornecia uma justificativa divina para a corrupção e a opressão da nobreza. A crítica humanista de Thomas More, como expoente do Humanismo inglês, surge como uma voz de indignação contra essa estrutura. O Humanismo do Norte é diferenciado do italiano por seu foco nas questões sociais e políticas, buscando uma reforma abrangente (De Silva, 1992). A definição de Utopia como uma "cidade filosófica" (Surtz, 1957a), uma criação da razão humana que se opõe às especulações divinas sobre a sociedade. O termo (*ou-topos* ou "não-lugar") é explorado como um projeto de reforma e um potencial de transformação social (Miguel, 2015). O segundo capítulo busca mostrar a estrutura da sociedade utopiana proposta por More, enfatizando seu principal pilar: a abolição da propriedade privada. More argumenta que a propriedade privada é a raiz de todos os males sociais, gerando desigualdade, miséria e tirania. Utopia, em contraste, é descrita como uma sociedade igualitária onde "não há propriedade privada, tudo pertence a todos e ninguém carece de nada" (Skinner, 1996). O Trabalho e o Lazer: A ilha utopiana valoriza o trabalho coletivo com jornadas reduzidas, permitindo que o tempo livre seja dedicado ao desenvolvimento do intelecto e da moral. O lazer é ressignificado como "cultivo da liberdade interior" (Lopes, 2004), o oposto da alienação do mundo real. Inversão de Valores: A síntese destaca o uso do ouro em Utopia para fins banais (como urinóis), um recurso descritivo que serve como crítica irônica ao fetichismo do dinheiro e à corrupção que ele causa na Inglaterra. Em essência, a pesquisa descreve a "Utopia" como uma provocação filosófica e política que utiliza a descrição de um mundo ideal e racional para expor as contradições e a injustiça do mundo real.

Palavra-chave: Utopia, Humanismo, Desigualdade.

RÉSUMÉ

Cette recherche situe l'œuvre de Thomas More, « Utopie », dans le contexte de la transition entre le Moyen Âge et l'époque moderne (XVIe siècle) et au sein du mouvement humaniste du Nord. L'œuvre ne se contente pas de décrire l'île imaginaire, mais l'utilise comme outil d'une critique philosophique et politique radicale de l'Angleterre de son temps. Le premier chapitre décrit le contexte et la rupture. L'auteur y décrit la crise de l'ordre médiéval, où la relation entre l'Église et l'État (symbolisée par le couronnement des rois par le pape) fournissait une justification divine à la corruption et à l'oppression de la noblesse. La critique humaniste de Thomas More, en tant que représentant de l'humanisme anglais, s'élève comme une voix d'indignation contre cette structure. L'humanisme du Nord se distingue de l'humanisme italien par son intérêt pour les questions sociales et politiques, et vise une réforme globale (De Silva, 1992). L'utopie est définie comme une « cité philosophique » (Surtz, 1957a), une création de la raison humaine qui s'oppose aux spéculations divines sur la société. Le terme « outopos » (ou « non-lieu ») est exploré comme un projet de réforme et un potentiel de transformation sociale (Miguel, 2015). Le deuxième chapitre s'attache à exposer la structure de la société utopique proposée par More, en soulignant son pilier fondamental : l'abolition de la propriété privée. More affirme que la propriété privée est à l'origine de tous les maux sociaux, engendrant inégalités, misère et tyrannie. L'utopie, au contraire, est décrite comme une société égalitaire où « il n'y a pas de propriété privée, tout appartient à tous et personne ne manque de rien » (Skinner, 1996). Travail et loisirs : l'île utopique valorise le travail collectif avec des horaires réduits, permettant ainsi de consacrer le temps libre au développement intellectuel et moral. Les loisirs sont redéfinis comme « la culture de la liberté intérieure » (Lopes, 2004), à l'opposé de l'aliénation du monde réel. Inversion des valeurs : La synthèse met en lumière l'utilisation de l'or dans Utopia à des fins banales (comme les urinoirs), un procédé descriptif qui constitue une critique ironique du fétichisme de l'argent et de la corruption qu'il engendre en Angleterre. En substance, la recherche décrit « Utopia » comme une provocation philosophique et politique qui, à travers la description d'un monde idéal et rationnel, expose les contradictions et les injustices du monde réel.

Mots-clés : Utopie, Humanisme, Inégalité.

INTRODUÇÃO 8
1. O conceito de "Utopia" e sua estrutura política 10
1.1 O humanismo cívico florentino ao humanismo do norte 17
1.2 O contexto sociopolítico do século XVI: desigualdade e injustiça social na Inglaterra 21
1.3 Thomas More e a mentalidade revolucionária 27
2. A estrutura da sociedade utopiana. 31
2.1 A Questão da Igualdade em Utopia 38
2.2 A Propriedade Coletiva e seus Efeitos 44
2.3 Moradia, Trabalho e Tempo Livre em Utopia 50
3. Desigualdade, Justiça e Lei em Utopia 55
3.1 Críticas e Limitações da Utopia 59
3.2 Igualdade e Utopia 63
CONCLUSÃO 65
Referências bibliográficas 67

INTRODUÇÃO

A presente dissertação propõe-se a investigar as intersecções entre a conjuntura sociopolítica da Inglaterra no século XVI e a proposição de uma organização social igualitária na obra *Utopia*, de Thomas More.

Na condição de Lorde Chanceler[1] e integrante do círculo intelectual de Henrique VIII, More ocupou uma posição privilegiada, embora conflituosa, que lhe permitiu testemunhar as profundas transformações impulsionadas pelo Humanismo Renascentista na Europa. A efervescência das grandes navegações e o encontro com "novos mundos" catalisaram uma reconfiguração da subjetividade humana, promovendo o distanciamento gradual da cosmologia medieval. Nesta última, o conceito de igualdade, embora fundamentado na retórica cristã, frequentemente mascarava as assimetrias de poder e as arbitrariedades exercidas pelo clero e pela nobreza.

Sob a égide da "vontade divina", o monarca era legitimado como um escolhido providencial, consolidando uma simbiose entre o poder temporal e o espiritual. Todavia, conforme postula Skinner (1996), a emergência da modernidade assinala uma ruptura com o ethos[2] coletivista em favor de uma afirmação da individualidade e da racionalidade política. Nesse cenário de transição, More situa-se no limiar entre a tradição teológica e o pragmatismo moderno, equilibrando-se entre as prerrogativas da Igreja Católica e as exigências da monarquia inglesa.

A gênese de Utopia transcende o mero exercício imaginário. Embora a etimologia do termo remeta a um lugar inacessível (LOGAN, 1983), a análise da obra revela uma crítica contundente e multifacetada à estrutura governamental. Por meio de uma sátira sofisticada, More denuncia os vícios sistêmicos, a corrupção institucionalizada e a flagrante iniquidade social que assolavam a Inglaterra de seu tempo.

Utopia articula uma proposição de bem-comum e harmonia social cujo arcabouço teórico encontra-se profundamente enraizado na matriz do cristianismo. A obra delineia uma

---

[1] O Lorde Chanceler (ou Lorde Alto Chanceler da Grã-Bretanha) é um dos mais altos e antigos cargos do governo do Reino Unido, atuando hoje principalmente como Ministro da Justiça e Secretário de Estado da Justiça

[2] Ethos é um termo grego que significa caráter, hábito ou modo de ser, referindo-se aos valores morais e à identidade cultural de um indivíduo ou grupo.

comunidade idealizada que se projeta como um contraponto antitético às mazelas socioeconômicas e à desordem moral da Inglaterra. Sob essa ótica, o projeto de More pode ser compreendido dentro de uma tradição de imaginários eudaimônicos,[3] nos quais a organização social é orientada por preceitos éticos e espirituais de perfeição, assemelhando-se a outras narrativas que buscam a transcendência das realidades vigentes. Conforme assevera Herkenhoff (1999), a gênese do conceito moderno de utopia é tributária da inventividade de More, configurando-se como uma projeção de uma alteridade política, uma resposta intelectual àquilo que o autor não vislumbrava na pragmática realidade britânica.

A problemática central desta investigação reside em analisar a sistematização do conceito de igualdade no pensamento de More, identificando os vetores sócio-históricos e intelectuais que informaram a gênese de Utopia. Objetiva-se, com efeito, situar a reflexão More no cerne das tensões e transformações paradigmáticas da cultura política do século XVI.

Buscou-se por meios de pesquisas bibliográficas elabora os três capítulos dessa dissertação, onde busca-se analisar o pensamento de More sobre sua obra e a questão central da sociedade igualitária.

No primeiro capítulo, a investigação dedica-se à delimitação epistemológica do conceito de Utopia, mapeando a fortuna crítica da obra e os principais interlocutores teóricos que dialogam com o texto de More. Pretende-se, assim, examinar a gênese do pensamento humanista e sua influência determinante na arquitetura intelectual de More, situando-o no contexto das transformações culturais da renascença.

No segundo capítulo, o escopo da análise volta-se para a morfologia social e política da ilha de Utopia. Busca-se compreender as dinâmicas de coexistência comunitária, com ênfase na crítica à propriedade privada e na organização do trabalho. Analisa-se como o labor diário e a partilha coletiva são estruturados para sustentar o equilíbrio institucional da república idealizada.

No terceiro capítulo, a discussão converge para a sistematização do pensamento de More acerca da sociedade igualitária. O objetivo é perscrutar como o autor articula a noção de bem-estar coletivo em face das iniquidades de seu tempo, avaliando a viabilidade ética e política de seu projeto de justiça social como resposta aos impasses da modernidade incipiente.

---

[3] Eudaimônicos referem-se a um conceito filosófico e psicológico de felicidade baseada na autorrealização, virtude e propósito, em contrapartida ao prazer momentâneo (hedonismo).

A relevância da presente investigação reside na necessidade de revisitar as raízes do pensamento utópico em um momento de profunda fragmentação das utopias contemporâneas. A escolha de More como objeto central de estudo justifica-se pelo fato de sua obra não representar apenas um exercício de imaginação literária, mas sim uma metodologia crítica de análise social.

Ademais, a pesquisa justifica-se por sua contribuição ao debate sobre o humanismo cívico. Ao analisar como More concilia a ética cristã com a razão política, o trabalho oferece chaves de leitura para compreender a gênese dos direitos sociais e da noção de bem comum. Em um cenário global marcado por crises institucionais e pela crescente desigualdade, perscrutar o paradigma da sociedade igualitária sob a ótica de More permite identificar as tensões entre o idealismo e a práxis governamental, consolidando este estudo como um esforço necessário para o campo da filosofia política.

1. O conceito de "Utopia" e sua estrutura política

A ruptura que ocorre entre o período medieval e o período moderno se destaca pela forma como o ser humano vivencia sua realidade, seja na educação, na política, no meio social, sendo assim reescrever sem especulações divinas sobre mudanças na sociedade. O meio social do período medieval sofreu grande influência dos religiosos cristãos de seu tempo. Era evidente que os homens e mulheres desse período tinham especulações sobre manifestações divinas. Entretanto, existia no período medieval um laço entre Igreja e Império, onde os reis eram coroados pelo Papa, tendo assim um poder divino, um escolhido de “Deus”. Sendo assim, essa relação política, entre Papa e Rei, Igreja e Império, possui uma influência direta na cultura ocidental, onde existia uma justificativa divina que acobertava os erros que partiam dos nobres contra os cidadãos. Segundo Surtz (1957a, p. 49):

> [...] os cargos políticos, tanto na Igreja quanto no Império, eram sempre ocupados por membros escolhidos por sua linhagem e nobreza, e não pela sua virtude, aprendizado e prudência. O resultado era a nomeação de homens estúpidos, tolos e corruptos.

Na análise de Surtz (1957a, p. 06), “a Utopia é uma cidade filosófica. Uma criação da razão humana sem a ajuda da revelação divina”. A Europa, de forma específica, na Inglaterra, sofreu com essa influência do pensamento humanístico[4], entre os séculos XV e XVI. É possível observar um florescimento do renascimento, onde se destaca, na Inglaterra, o filósofo, escritor e advogado, Thomas More. More vivenciou todo processo de transformação que ocorreu na Europa, sendo ele também um humanista. As mudanças culturas, sua ruptura com o Rei Henrique VIII, demostram sua paixão pela Inglaterra e pela Igreja católica que passava por uma crise religiosa e política.

Essa transição cultural do afastamento do homem com o sagrado no período moderno acontece pelas críticas e reflexões nascentes do humanismo renascentista, tendo em vista que também o desenvolvimento científico crescia e novas especulações e interrogações nasciam na sociedade.

A utopia é escrita diretamente aos ingleses, porém não foi compreendida de forma rápida, tendo em vista que sua repercussão só teve grande visibilidade anos depois da morte de More. Segundo Kosop (2017), o livro de More concentra uma harmonia do coletivo e uma busca pelo bem-estar social.

Pode-se dizer que a Utopia de More é uma obra de reforma política, como Collins (2010. Pag.10) destaca: “Pode-se dizer que T.M. escreve uma obra de reforma política, na condução de uma sociedade cujos valores humanos são evidenciados, tanto em nível individual quanto coletivo. Valores que reclamam respostas, visto serem ainda cobrados presentemente”. Alguns autores apontam a Utopia em uma visão política, tendo em vista sua crítica ao governo inglês, porém discutisse também em uma visão da literatura.

A utopia é uma obra que chama atenção, sendo a mesma comparada ao comunismo[5], por assim ter uma característica voltada diretamente para uma sociedade perfeita. Igualdade e paz ou até mesmo uma sociedade perfeita é um assunto que podemos caracterizar milenar, visto em diversos povos e línguas. Porém, More é quem inaugura o conceito de utopia dentro da

[4] foi um movimento intelectual que colocou o ser humano no centro do universo (antropocentrismo), valorizando a razão, a observação e a capacidade individual, em contrapartida ao teocentrismo medieval.
[5] O comunismo é uma ideologia política, social e econômica contrária ao capitalismo, na qual se estabelece uma sociedade igualitária.

filosofia política e literária. É importante salientar que More tinha uma ligação governamental com os Ingleses e que era muito amigo de Erasmo de Rotterdam[6], ele também leu e ajudou More na elaboração de seu livro:

> A reforma política de T.M. se revela na sua descrição de uma sociedade que carece, não apenas de reforma, mas de uma nova forma. Baseia-se no humanismo que está a cargo das ações de cada habitante, pelos usos e costumes que se coordenam na vivência dos valores sociais e na revelação cristã. Assim, a Utopia é uma reflexão sobre os fundamentos e condições em que se pode levar a cabo uma sociedade moderna. Aquela, que via nos valores medievais os pressupostos de uma comunidade que se conceitua racional, que conhece nos acontecimentos o presságio de um novo alvorecer. (COLLINS, 2010, pag. 21)

Segundo Miguel (2015), a filosofia política é um sinal eloquente da influência exercida por More a própria palavra “utopia”, cunhada por ele e que, desde então, entrou na linguagem corrente.

A palavra Utopia é formada por dois radicais gregos (ou-topos), portanto a utopia de More, sua república, tem um significado de “não lugar”, lugar inexistente. A palavra em si projeta um lugar irrealizável:

> Utopia como termo imutável não existe. O conceito de é uma variação das percepções do presente, das reminiscências do passado e dos anseios do futuro ideal. Entretanto, o pensamento utópico serve de fonte inspiradora à criação de novos processos de produção e criticar os modelos instaurados na sociedade civil, política e jurídica. (KOSOP, 2017, Pág. 60.)

A citação de Kosop (2017, p. 60) oferece uma perspectiva crítica e sofisticada sobre o conceito de utopia, ao afirmar que "utopia como termo imutável não existe", ressaltando seu caráter essencialmente dinâmico e relacional. Isso está em consonância com a tradição do pensamento utópico moderno, que vê a utopia não como um lugar fixo e inalcançável, mas como um espelho crítico do presente e um horizonte móvel que orienta a transformação social.

[6] Erasmo de Roterdã (ou Roterdão) foi um escritor, filósofo e humanista neerlandês. Ele representa um dos mais importantes escritores da literatura e do humanismo renascentista.

Herkenhoff (1999), diz que o conceito de utopia tem uma influência sobre como concebemos o ideal. O pensamento utópico possui uma relação integral sobre diferentes situações existentes. Logan (1983) explica que a Utopia pode ser compreendida como princípios que podem ser aplicados na prática política.

> Em geral, pode-se dizer que a utopia representa uma correção ou uma integração ideal de uma situação política ou social ou religiosa existente. Esta correção pode permanecer, como muitas vezes aconteceu e acontece, no estado de simples aspiração ou sonho genérico, resolvendo-se em uma espécie de evasão de realidade vivida. Mas pode também acontecer que a utopia se torne uma força de transformação da realidade e assuma corpo e consistência bastante para transformar-se em autêntica vontade inovadora e encontrar os meios de inovação. (ABBAGNANO, 1970, Pág. 949)

Esse duplo potencial da utopia, alienação ou transformação, é crucial para uma compreensão madura do conceito. A crítica de Abbagnano (1970) é, portanto, extremamente relevante no campo filosófico e político. Ele nos alerta para os riscos do utopismo ingênuo, mas também nos convida a não renunciar ao imaginário utópico como ferramenta crítica e criativa diante das limitações do mundo atual.

A Utopia não é meramente uma força social de impulso psicológico, na qual se busca uma melhoria. Como diz Claeys (2013), a utopia busca explorar o espaço entre o possível e o impossível. O desejo de mudança nasce pelo imaginativo a partir de uma experiência materializada, na qual o indivíduo sente a necessidade de transformação.

Koper (2017), diz que a coletividade é o inconsciente e que sempre está de mudanças. Portanto, o ponto de partida para More, os utopistas e humanistas utilizaram para sedimentar a reforma epistemológica crítica.

A utopia é uma herança, sendo que toda geração é um fruto dos excedentes e das apropriações utópicas das gerações passada:

> Portanto, a utopia é a arqueologia do amanhã; o utopista um arqueólogo do futuro. É este o sentido do filosofema de Ernst Block: “O amanhã vive já no hoje”. A utopia tem, portanto, sentido de insurreição, revolta; destruição da ordem, do lugar. Assim como também: subversão das relações de poder. A utopia como unarquia; negação do poder, práxis do antipoder; travessia,

> fronteira, passagem, errância. A utopia: lugar não-retificado. (LIMA, 2008, Pág. 16)

Ao definir a utopia como insurreição, revolta, subversão do poder, Lima (2008) enfatiza sua dimensão política e disruptiva. Aqui, a utopia não é um plano racional para uma sociedade perfeita, como em More ou Campanella, mas sim um movimento contínuo de negação da ordem vigente, de contestação às formas instituídas de dominação. A ideia de utopia como unarquia, como negação do poder e práxis do ante poder, aproxima-se de concepções libertárias, anarquistas e pós-estruturalistas — em que o poder é descentralizado, fluido, e a utopia se realiza na travessia e na errância, não em um ponto fixo de chegada.

Skinner (1996) destaca que a utopia é uma crítica ao sistema governamental da Inglaterra. Portanto mesmo que seu discurso literário não se realize, como assim é descrito na sua obra, ele busca mostrar um lugar de perfeição. Miguel (2015. Pág. 68) destaca:

> O pensamento utópico procura mostrar – e assim se diferenciar do milenarismo – que a organização da sociedade é produto dos homens e mulheres que nela habitam, não de alguma ordem imposta de fora, por deus ou pela natureza. Se a sociedade humana é má, é por ser mal organizada. Os relatos utópicos demostram que, ordenada de outra forma, ela poderia ser melhor, mais justa, mais solitária, mais harmônica. Já se percebe, aí, um insuspeito ponto de contato entre o realismo de maquiavel e o utopismo: para ambos o mundo social e aquilo que seus habitantes fazem dele.

Portanto, segundo a narrativa que More descreve na Utopia, rompendo assim com a tradição milenarista[7], não é preciso a segunda vinda de um ser divino para realinhar a convivência social de paz e felicidade entre os seres humanos.

[7] O milenarismo é uma crença religiosa que se baseia na ideia de que haverá um período de mil anos de paz e prosperidade na Terra, antes do fim do mundo e do julgamento final. Essa crença tem suas raízes em várias tradições religiosas, incluindo o cristianismo, o judaísmo e o islamismo. No contexto do cristianismo, o milenarismo é frequentemente associado à segunda vinda de Cristo e ao estabelecimento do Reino de Deus na Terra.

A crítica de More nasce de sua convivência social e diplomática na Inglaterra, sendo ele amigo próximo do Rei Henrique XIII[8]. More foi um estudioso humanista, conhecedor e tradutor de textos clássicos, sendo assim reconhecido e chamado para fazer parte da política Inglesa. More viveu o processo de transformação na Europa, sendo ele do mesmo período de Maquiavel[9], no qual se destacava uma filosofia política realista, e, por outro pensamento, More mostrava uma filosofia política idealizada.

A Utopia tem como característica uma narrativa viajante. Vale destacar que o período que a utopia foi escrita estavam acontecendo as descobertas de novas terras pela América, podemos assim destacar que more usa um padrão linguístico de seu tempo para transmitir seu pensamento utópico. Miguel (2015. Pag. 72-73) destaca:

> More criou a fórmula que se tornaria padrão para seus muitos imitadores, isto é, para os utopistas seguintes: um viajante esbarra, meio que por acaso, numa ilha perdida num oceano distante. Lá encontra uma sociedade organizada de forma perfeita. Voltando à Europa, descreve em detalhes, para uma plateia assombrada, os costumes e as instituições que testemunhara.

Ao destacar que More criou a "fórmula" repetida por muitos utopistas posteriores — o viajante que descobre uma ilha isolada e relata uma sociedade ideal —, o autor chama atenção para um modelo literário e político que marcou profundamente a tradição ocidental.

More elabora na primeira parte de seu livro um diálogo sobre diversos problemas existentes na Europa, de forma especial na Inglaterra. Assim destaca Collins (2010. Pág. 19):

> Assim, o autor percebeu a necessidade de uma reforma na Inglaterra, e a desejou de uma forma global, ou, como esclarece De Silva (1992, p. 206): “no terreno privado e na administração pública, na vida secular e na eclesiástica, na educação e na economia”. Como se vê, reconhecia que a reforma social englobava todas as esferas que a humanidade vivia. Esse pode ser um sinal de que o humanismo de T.M. se via extensivo não somente ao seu tempo, mas seria amplamente direcionado aos homens. As ideias-chaves de seu escrito podem conduzir à compreensão de ser seu pensamento uma revolução, e de

[8] Henrique VIII foi rei da Inglaterra e da Irlanda de 1509 até sua morte, em 1547. É amplamente conhecido por seus seis casamentos e por seus esforços para obter a anulação de seu primeiro matrimônio, com Catarina de Aragão.

[9] Niccolò di Bernardo dei Machiavelli foi um filósofo, historiador, poeta, diplomata e músico de origem florentina do Renascimento. É reconhecido como fundador do pensamento e da ciência política moderna, pelo fato de ter escrito sobre o Estado e o governo como realmente são, e não como deveriam ser.

> que a tarefa de constituir um novo mundo para ele era clarividente. Sem reformas profundas, não seria viável estabelecer um estado da razão.

Ao trazer a análise de De Silva (1992, p. 206), o trecho reforça a ideia de que o humanismo de More não se limitava a meras propostas administrativas ou morais pontuais, mas aspirava a uma reconfiguração estrutural do mundo em que vivia.

A forma pela qual More elabora a utopia mostra resquícios do pensamento medieval, em vista que ele direciona sua narrativa em uma influência cristã de sua época. Segundo Duhamel (1977), o método que More usa é escolástico[10], ele sendo um cristão fervoroso. É importante destacar que More era conselheiro do Rei Henrique VIII, assim um cargo muito importante ao lado do governo na política. Assim destaca (Skinner,1996. Pág. 274):

> Já vimos, porém, que o elenco de questões que Morus examina enquanto teórico político, bem como a gama de conceitos e argumentos de que se utiliza, servem para localizá-lo ao lado dos outros humanistas do Norte antes estudados. Morus assim aceita, ainda que com alguma ironia, que a posição mais correta que um teórico da política deve ocupar é a de conselheiro do príncipe. Compartilha aquela consciência, tão difundida entre os humanistas, das dificuldades que se colocam para quem queira oferecer um conselho político que atenda ao mesmo tempo às exigências da utilidade e da moral. Endossa com todo o vigor a convicção, que os humanistas formulam em termos genéricos, de que as virtudes ocupam um papel central na vida política, bem como sua tese, mais específica, de que a defesa da justiça tem de se considerar o objetivo maior de qualquer república virtuosa.

A análise de Skinner é valiosa por destacar o entrelaçamento entre teoria política, prática de governo e valores éticos no pensamento de More, mas também revela a ambiguidade e a complexidade de sua posição. More não era um ingênuo moralista, mas tampouco um cínico político. Sua obra habita o espaço entre o ideal e o possível, entre o desejo de transformar e a consciência dos limites.

[10] A escolástica foi um método de pensamento crítico e movimento filosófico-teológico dominante nas universidades europeias durante a Idade Média (séculos IX a XVI), focado em conciliar a fé cristã com a razão, especialmente através da filosofia clássica de Aristóteles.

Skinner (1996), destaca a filosofia de More como um pensamento irônico, pelo fato dela ser escrita como uma viagem onde mostra as misérias de uma política europeia. Diante de um governo que oprimia seu povo e, com isso, desvalorizava profundamente a natureza humana. More constrói, em Utopia, uma crítica velada, mas incisiva à realidade de sua época. Através da descrição de uma sociedade ideal marcada pela justiça, igualdade e valorização do bem comum, sua filosofia política e literária propõe um contraste direto com o governo de Henrique VIII. De Silva (1992, p. 224) afirma que More constrói, na Utopia, um programa ideológico, político, sociológico, artístico etc.

Portanto, nesse capítulo iremos analisar a filosofia política de Thomas More, na Inglaterra, sua relação com os humanismos e a mentalidade revolucionária.

1.1 O humanismo cívico florentino ao humanismo do norte

Observa-se no surgimento do século XV e XVI, uma constituição de um modo de pensamento filosófico, político e social. O humanismo foi o modelo de pensamento que influenciou a mentalidade do período moderno, tendo como ponto a cidade de Florença. Os debates sobre sua origem possuem uma grande importância. "Muito se discute sobre suas origens: por um lado, destaca-se o humanismo como tributário da tradição intelectual medieval, que teria fornecido as bases para o desenvolvimento ulterior da pretensa nova filosofia." (SANTOS, 2009, Pág. 58) A citação de Santos (2009) aborda um ponto fundamental para a compreensão histórica do humanismo renascentista: sua relação com a tradição intelectual medieval. Ao afirmar que o humanismo é "tributário" dessa tradição, o autor rompe com a visão simplista que opõe o Renascimento à Idade Média como se fossem períodos radicalmente distintos ou incompatíveis. Em vez disso, propõe uma continuidade intelectual, na qual o humanismo se desenvolve a partir das bases medievais, ainda que as reformule e amplie.

Segundo Skineer (1996), os humanistas não inventaram um novo campo de ciência ou uma nova atividade profissional, mas introduziram um estilo novo, classicista, na tradição da retórica medieval.

> Por outro lado, outra interpretação, contrária a essa ideia de continuidade da tradição medieval, afirma o humanismo, assim como todo o movimento Renascentista, como uma mudança súbita e abrupta: Hans Baron situa essa ruptura por volta de 1400, quando há uma

> mudança de tom nos escritos da época, mudança caracterizada pela separação entre o tratamento da sabedoria humana e a transcendência religiosa (SANTOS, 2009, Pág. 59)

Essa visão de ruptura é relevante porque ajuda a compreender mudanças reais nos valores e nas práticas culturais do início da modernidade: a revalorização do mundo clássico, o fortalecimento da razão como instrumento de conhecimento e a redescoberta do indivíduo como agente histórico. Autores como Petrarca, Bruni e posteriormente Maquiavel dão forma a esse novo espírito de autonomia, que não depende mais exclusivamente da estrutura eclesiástica ou da lógica escolástica.

Rapidamente o pensamento humanista difundiu-se para outras localidades. De acordo com Skinner (1996), nenhum grupo percebeu tão depressa quanto os humanistas as potencialidades do novo meio de comunicação. Segundo (SANTOS, 2009, Pág. 60)

> A princípio, os humanistas italianos constituíram-se como o grande vetor dessa propagação, a partir da segunda metade do Quattrocento, dirigindo-se a diversas universidades ao norte dos Alpes. Sua atuação privilegiou fortemente o combate ao currículo escolástico e a campanha pelas humanidades. Somou-se a esse esforço de difusão da cultura renascentista o surgimento da imprensa, e o livro impresso configurou-se como a arma mais efetiva nesse processo.

Segundo Skinner (1996), grande parte dos estudantes das Universidades do Norte partiram para Itália com intuito de aprofundamento sobre o pensamento humanista. É notório uma ampla circulação das ideias humanísticas por toda Europa.

Os humanistas, de forma especial, os Ingleses, tiveram grande favorecimento a parti do momento que começaram a tratar sobre o tema religioso:

> Justamente nesse período de orientação ao campo religioso, os intelectuais ingleses estabeleceram os primeiros contatos com a Itália. John Colet, após uma estadia de dois anos na Itália, proferiu palestras sobre as Epístolas de São Paulo, em Oxford. Colet interpretou os ensinamentos de São Paulo e seu trabalho missionário tendo como balizas o cristianismo primitivo eo paganismo (SANTOS, 2009, Pág. 61)

A atuação de Colet pode ser interpretada como sintomática de uma nova sensibilidade religiosa e intelectual que se desenvolvia no Norte da Europa, particularmente na Inglaterra, no limiar da Reforma. Sua postura representa um humanismo de cunho reformador, distinto tanto do humanismo cívico italiano quanto da teologia escolástica medieval.

É notório que o primeiro contato dos humanistas na Inglaterra aconteceu por meio do contexto universitário. Inicialmente esse vínculo restringisse somente aos intelectuais. Porém, estabelecido esse primeiro contato ao passar do tempo observou-se que as ideias do humanismo começaram a sair de dentro dos muros universitário e adentrar nas camadas da vida social e política Inglesa.

Segundo Santos (2009), as figuras principais do humanismo do norte são Colet e More, voltados principalmente para as preocupações sociais e política de sua época:

> Os humanistas do Norte apenas se mostraram receptivos às ideias que, de alguma forma, encontravam ressonância em suas experiências, bem diversas das italianas. Por exemplo, duas questões de grande importância na teoria política italiana necessidade de se conservar a liberdade política e os perigos para a liberdade que representavam, na península, os exércitos mercenários permanentes não tiveram a mesma relevância para os humanistas do Norte (SANTOS, 2009, Pág. 62)

Não se deve ter como afirmação que os trabalhos já consolidados na Itália tenham sido iguais aos desenvolvidos na renascença do norte, pois não tiveram uma mesma repetição mecânica e critica na Inglaterra. Por isso que se faz necessário analisar as correntes do pensamento dentro contexto Europeu, de forma centralizada, o pensamento inglês:

> Thomas More deve ser localizado entre a maioria dos humanistas do Norte, na medida em que compartilha de suas premissas teóricas, de seus argumentos e questões. Ao longo da narrativa de A Utopia transparecem, ainda que pelo filtro da ironia, muitas das concepções defendidas pelos demais humanistas do Norte (SANTOS, 2009, Pág. 65)

Segundo Skinner (1996), a cultura da renascença difundiu-se pela Inglaterra, assim influenciados pelos estudiosos italianos que foram ensinar em Oxford e Cambridge. Contudo, vários humanistas radicais, especialmente na Inglaterra, voltaram sua atenção para os problemas mais gerais de reforma do Estado, de preferência aos interesses específicos das

classes dominantes (SKINNER, 1996, Pág. 234) A citação de Skinner (1996, p. 234) aponta para uma dimensão mais engajada e crítica do humanismo, especialmente no contexto inglês, ao destacar a atuação de humanistas radicais que passaram a se preocupar com questões amplas de reforma do Estado, em vez de se limitarem aos interesses das elites ou das classes dominantes.

Esse posicionamento revela uma ruptura importante com a função tradicional dos intelectuais ligados ao poder, como conselheiros dos príncipes ou legitimadores da ordem vigente. Esses humanistas radicais, influenciados pelos ideais do humanismo cristão e republicano, começam a utilizar sua formação intelectual para pensar em mudanças estruturais, propondo reformas que visam ao bem comum, à justiça social e à organização racional e ética do poder.

A Inglaterra sofreu com as transformações políticas e sociais, é importante observar o processo de desenvolvimento que ocorre na sociedade, pois aquela cultura que se tinha no medievo estava enfraquecendo. As grandes revoluções políticas, assim destacam Skinner, partem do pensamento do século XVI.

O absolutismo gerou grande impacto na sociedade, segundo Assis (2017), o surgimento de governos absolutistas gerou uma complexibilidade na economia, assim também gerando crise na sociedade.

Todo esse contexto influenciará na elaboração de More sobre seu livro. É importante salientar que More foi um personagem na vida pública é que possuía relevância como conselheiro do rei. Portanto, a filosofia de More possuir aspectos teóricos sobre política e relações pessoas dentro do contexto da Inglaterra.

A Utopia não é simplesmente uma ficção, mas uma crítica ao modelo governamental, assim influenciada pelo pensamento humanista. A discussão do livro de More é justamente sobre um estado de comunidade, assim colocando como exemplo a Ilha da Utopia como república ideal:

> Essa discussão não é nova no pensamento político renascentista, visto que foi suscitada por uma série de filósofos políticos escolásticos na esteira da discussão de Aristóteles em “A Política”.! De acordo com os humanistas, uma república estaria em seu melhor estado se duas asserções pudessem ser

> feitas: uma, era que as leis fossem justas e servissem para promover o bem comum dos cidadãos e a outra, era que os cidadãos fossem, em consequência, capazes de buscar a própria felicidade, da maneira mais adequada à natureza e dignidade do homem (SANTOS, 2009, Pág. 62)

Segundo Skinner (1996), os humanistas, sobre a república, estaria no seu melhor estado se fosse preservado duas asserções pudessem ser feitas: leis justas e que os cidadãos buscassem a própria felicidade, tendo em vista à natureza e a dignidade da pessoa humana. Segundo London (1922), um dos primeiros teóricos ingleses que desenvolveram uma crítica ao sistema vigente foi More, onde apresentava o contexto sociopolítico de sua época e apresentava uma idealização governamental e social.

1.2 O contexto sociopolítico do século XVI: desigualdade e injustiça social na Inglaterra

O século XVI foi um período de grandes transformações na Europa, especialmente na Inglaterra, marcado por tensões sociais, religiosas e políticas. A ascensão da burguesia, a centralização do poder monárquico e as reformas religiosas, como a ruptura com a Igreja Católica, tiveram um impacto profundo na estrutura social e econômica do país. A Inglaterra vivia uma sociedade caracterizada por um forte sistema feudal, mas em crescente transição para uma economia mercantil. Nesse cenário, a desigualdade social era evidente, refletindo-se nas grandes disparidades entre a nobreza, a burguesia emergente e os camponeses.

Segundo London (1922), More foi muito perspicaz, cuidadoso e determinado, com uma visão profunda e oferece uma análise infalível das causas e dos males predominantes. More é um dos primeiros teóricos na Inglaterra que falam sobre a consciência do mal social:

> Vivendo não muito tempo depois da Guerra dos Trópicos, e nos dias em que a Igreja Católica na Inglaterra teve seu poder reduzido, ele ficou indignado com a corrupção do clero, com o luxo da nobreza e da nobreza, com o sofrimento dos pobres e com as calamidades causadas pela guerra. O mundo parecia estar em processo de dissolução e decadência por causa dos muitos males, por isso ele atacou as instituições das quais os erros sociais pareciam emanar (LONDON, 1922, Pág. 130)

A concentração de propriedades nas mãos da nobreza e da Igreja Católica gerava uma disparidade extrema entre ricos e pobres. Além disso, as políticas econômicas da época favoreciam as elites proprietárias de terras, enquanto a maior parte da população era mantida em condições precárias. A ascensão do capitalismo mercantil também contribuiu para essa desigualdade, pois favoreceu o enriquecimento da burguesia e dos comerciantes em detrimento dos camponeses e artesãos, cujas condições de vida não melhoravam significativamente. O sistema feudal, que ainda persistia em muitas partes da Inglaterra, garantia que a nobreza e a Igreja continuassem a acumular riquezas de forma injusta, enquanto os trabalhadores não usufruíam dos frutos de seu trabalho.

A ação do mercantilismo um modelo econômico usado pelas nações absolutistas da Europa entre os séculos XV e XVII. Dessa forma a economia tinha como objetivo gerar acúmulo de riquezas por meio da obtenção de metais preciosos como ouro e prata, reforçando o poder do monarca e a riqueza do país. A forma de estrutura econômica tinha a característica de procurar uma balança comercial favorável. Entre eles se destacam: o metalismo, o protecionismo, a intenção do Estado na economia e o desenvolvimento manufatureiro. Seu grande ponto de atuação se fortaleceu na exploração colonial e no comércio marítimo. A transição entre o feudalismo e o capitalismo só pode ser analisando dentro do contexto histórico que tornou possível o mercantilismo. Segundo Falcon (1994), pensar o século XVI não como ruptura ou continuidade isoladas, mas como um período de transição, em que o antigo e o novo se sobrepõem e preparam as transformações da modernidade.

O pensamento de Falcon está em apresentar uma visão historiográfica plural, que problematiza o conceito de "modernidade" e o transforma em objeto de reflexão crítica, em vez de ponto de partida evidente. Em vez de assumir um marco fixo e definitivo, como 1492 ou 1517, o texto nos mostra que a modernidade foi construída lentamente, por meio de conflitos, permanências e inovações que coexistiram e se tensionaram mutuamente.

Essa abordagem é extremamente útil para trabalhos acadêmicos, como dissertações, pois impede uma visão linear da história e abre espaço para a análise das ambiguidades, sobreposições e disputas de sentido que marcaram a transição entre feudalismo e capitalismo, entre o mundo medieval e moderno. No caso da Inglaterra, por exemplo — contexto de More —, é fundamental perceber como elementos feudais, humanistas e pré-capitalistas convivem na sociedade e aparecem em sua obra Utopia.

As estruturas econômicas desse período envolveram outras relações na agricultura e na indústria. Segundo Falcon (1994) encontra-se três principais eventos dentro desse contexto; o primeiro é o aforamento enfitêutico; o segundo artesanato e o terceiro manufatura; a parceria e o arrendamento.

A sociedade do antigo regime[11] tem como principal característica ser uma sociedade de ordens, uma sociedade estamental. Esse termo surgiu pela criação dos revolucionários franceses de 1789 para condenar os aspectos econômicos, sociais e políticos da sociedade francesa:

> Com efeito, embora nem todos se dêem conta do fato, a caracterização em termos de sociedade de ordens ou estamental envolve, habitualmente, uma negação formal a respeito da possibilidade teórica ou da validade histórica de se analisar essa sociedade em termos de classes sociais. (FALCON, 1994, p. 25).

O trecho de Falcon (1994, p. 25) levanta uma questão central para a análise das sociedades do Antigo Regime: a tensão entre os modelos explicativos baseados em "ordens" ou "estamentos" e aqueles fundamentados na noção de "classes sociais". Seu comentário evidencia que, ao privilegiar a linguagem estamental, muitos estudiosos acabam, muitas vezes de forma implícita, recusando a possibilidade de interpretar essas sociedades em termos de luta de classes ou de estrutura econômica.

Os proprietários de terras, esses senhores tinham todo o poder em suas mãos. Existia um número grande de camponeses sem terras, alguns possuíam terras, mas não eram dono das terras. Esse contexto é relacionando diante da atuação de More na Inglaterra:

> Na realidade, a chamada sociedade de ordens tenta escamotear através de diversas práticas políticojurídicas e ideológicas aquilo que é o caráter essencial mesmo de tais sociedades: a existência de uma classe de proprietárias de terras, ou senhores de terras, que se autodefinem como ordens (nobreza e clero), e uma classe de camponeses, ocupantes dessas terras, produtores, diferenciados entre si através de um sem-número de critérios ou costumes, mas tendo em comum o fato de que, salvo uma parcela mínima, todos eles apenas possuem as terras, mas não são efetivamente donos delas. Simultaneamente, devemos mencionar a existência de um número crescente de camponeses sem terras, espécie de proletariado rural, bem como o aumento de propriedades rurais em mãos de indivíduos de origem burguesa, sobretudo

[11] Se refere ao período medieval.

> comerciantes. O fato central, porém, é a oposição entre senhores e camponeses (FALCON, 1994, p. 27).

A burguesia mercantilista teve um grande destaque diante do contexto histórico econômico, pois era muito variável o número de poder que possuía. Também se tinha uma outra que se destacava que era chamada de burguesia industrial:

> Tal burguesia (mercantil ou industrial) tende, no período em estudo, a opor-se ao predomínio dos interesses e à manutenção dos privilégios da aristocracia (nobreza e clero). Tal oposição, no entanto, é extremamente variada, pois não envolve necessariamente a negação da própria sociedade aristocrática, podendo significar, apenas e com frequência, a luta pela possibilidade e pelo direito de enobrecer-se também, ou a luta pela obtenção de privilégios que representem vantagens econômicas, políticas ou de simples status social. (FALCON, 1994, p. 27).

O trecho de Falcon (1994, p. 27) revela a complexidade das relações entre burguesia e aristocracia no período de transição entre o feudalismo e o capitalismo. Ao contrário de uma visão simplista que interpreta esse conflito como uma oposição frontal e revolucionária, o autor destaca que a burguesia, especialmente nos séculos XVI a XVIII, muitas vezes não pretendia destruir a ordem aristocrática, mas sim nela se inserir.

Essa observação é fundamental para compreender a dinâmica social do Antigo Regime. A burguesia buscava, em muitos casos, ascender socialmente por meio da compra de títulos, cargos públicos ou casamentos com nobres, desejando os privilégios típicos da nobreza sem necessariamente romper com a estrutura de privilégios existente. Tal estratégia revela um processo de adaptação e negociação, mais do que uma ruptura violenta com o passado.

A política desse período era o modelo moderno daquele período, pois o estado absolutista tinha sua grande influência dentro das classes sociais, assim redigindo as normas e hábitos dentro da sociedade:

> O Estado absolutista é, antes de mais nada, um, Estado Moderno, ou seja, um tipo de Estado que é resultante de vários séculos de formações e de lutas, no final da idade Média, levadas a cabo contra os universalismos representados pelo Papado e pelo Império e também contra as tendências localistas dos senhorios feudais e das comunas urbanas. Afirmando-se como Estado territorial, governado por um príncipe, através de uma complexa política de concentração do poder e centralização administrativa, o Estado moderno

> define-se rapidamente como Estado monárquico absolutista, isto é, pelo fato de que todo o poder está nas mãos de um rei ou príncipe que é, de fato e de direito, o seu soberano (FALCON,1994, p. 29).

O pensamento de Falcon (1994, p. 29) oferece uma leitura precisa da gênese do Estado absolutista como uma forma política tipicamente moderna, marcada por profundas transformações sociais, políticas e institucionais. O autor destaca que o Estado moderno nasce como resposta histórica a duas frentes de oposição: os universalismos medievais (Igreja e Império) e os poderes fragmentados dos senhores feudais e das comunas urbanas.

Segundo Falcon (1994) o Império é o rei, pois ele tinha todo o poder em suas mãos. O clero possuir poderes, sendo ele usado para o poder eclesiástico. Alguns estudiosos costumam atribuir essa forma de governo aos burgueses justamente porque os príncipes puderam vencer os senhores feudais:

> Parece um fato indiscutível o apoio da burguesia à política dos príncipes, tanto durante os séculos finais da Idade Média, quando se constituíam os Estados modernos, quanto mais tarde, já em plena vigência dos Estados monárquicos absolutistas. De uma maneira geral, é verdade, a burguesia, particularmente a burguesia mercantil, encontrou na aliança com os príncipes um instrumento capaz de favorecer seus próprios interesses econômicos e políticos: internamente, a criação de um espaço econômico mais amplo, menos sujeito aos caprichos dos senhores feudais e das comunidades urbanas, aliada a obtenção de certos privilégios e garantias, não só ampliava as próprias atividades mercantis, como ainda podia servir para evitar que um número excessivo de competidores pusesse em risco a margem de lucro, limitando assim, sempre que possível, a determinados grupos ou setores, os negócios e empreendimento mais importantes e lucrativos (FALCON, 1994, p. 35).

Ao apoiar os príncipes, a burguesia contribuiu para a formação de mercados mais unificados e menos fragmentados pelas imposições locais dos senhores feudais, o que favorecia o comércio e a circulação de mercadorias. Além disso, os privilégios e garantias obtidos junto ao poder central ajudavam a consolidar posições econômicas, ao mesmo tempo em que limitavam a concorrência, o que demonstra o caráter seletivo e, em certa medida, elitista dos interesses burgueses.

Uma grande dúvida que se tem é sobre a essência desse mercado: feudal ou capitalista? Filho (2012, p. 6), afirma que “Na verdade, diríamos que ele é as duas coisas e por isso mesmo não é exatamente nem uma nem outra.”

A concentração de propriedades nas mãos da nobreza e da Igreja Católica gerava uma disparidade extrema entre ricos e pobres. Além disso, as políticas econômicas da época favoreciam as elites proprietárias de terras, enquanto a maior parte da população era mantida em condições precárias. A ascensão do capitalismo mercantil também contribuiu para essa desigualdade, pois favoreceu o enriquecimento da burguesia e dos comerciantes em detrimento dos camponeses e artesãos, cujas condições de vida não melhoravam significativamente. O sistema feudal, que ainda persistia em muitas partes da Inglaterra, garantia que a nobreza e a Igreja continuassem a acumular riquezas de forma injusta, enquanto os trabalhadores não usufruíam dos frutos de seu trabalho.

Outro fator relevante no contexto sociopolítico inglês foi o surgimento do anglicanismo, liderada por Henrique VIII, que resultou na ruptura com a Igreja Católica e na criação da Igreja Anglicana. A redistribuição de bens da Igreja Católica, a extinção de mosteiros e a apropriação de terras e riquezas pela coroa alteraram ainda mais as estruturas de poder e riqueza na sociedade inglesa. No entanto, essa reforma religiosa não trouxe melhorias significativas para os camponeses ou para os pobres; em vez disso, consolidou ainda mais o poder e a riqueza nas mãos da monarquia e da nobreza:

> O filósofo e estadista prático da Inglaterra do início do século XVI foi forçado a dedicar sua energia ao exame das causas da formação de classes, da lacuna cada vez maior entre ricos e pobres, do acúmulo de evidências de pobreza, da decadência da Igreja e da religião que estavam sendo criadas. (London, 1922, Pág.129)

A desigualdade social também se refletia nas tensões e revoltas populares, como as rebeliões camponesas, que, embora reprimidas de forma violenta, evidenciavam o crescente descontentamento com o sistema de exploração. Ao mesmo tempo, a burguesia, especialmente os mercadores e os industriais, começava a adquirir maior poder econômico, mas sua ascensão não representava uma verdadeira melhoria para os trabalhadores. Essa disparidade econômica

entre os diversos grupos sociais gerava uma tensão crescente, o que levou ao questionamento das estruturas de poder e à busca por alternativas mais justas.

É nesse contexto de desigualdade e injustiça social que surge a obra de More, A Utopia (1516), que apresenta uma crítica direta a essas estruturas de poder, propondo uma sociedade idealizada onde as desigualdades econômicas e sociais são abolidas. More, influenciado pelo pensamento humanista e pelas ideias renascentistas, propõe uma sociedade em que a propriedade privada é eliminada e a riqueza é distribuída de forma justa, combatendo assim a concentração de poder nas mãos de poucos. Seu pensamento reflete as tensões de uma época em que as desigualdades eram evidentes e as estruturas sociais tradicionais estavam sendo desafiadas.

Portanto, o contexto sociopolítico do século XVI na Inglaterra é marcado por uma desigualdade acentuada, com uma classe dominante que acumulava riqueza à custa de uma população empobrecida. A obra de More pode ser vista como uma resposta a essa realidade, oferecendo uma visão crítica e alternativa para uma sociedade mais igualitária.

1.3 Thomas More e a mentalidade revolucionária

More foi de uma mentalidade revolucionária em seu tempo, sendo assim conhecido por sua filosofia política, ao lado de Maquiavel, porém sua filosofia é contraria ao modo de analisar a sociedade, mas estão interligados pelo mesmo período de ascensão da modernidade. More possuir uma grande relevância dentro dos pensadores da área política, sendo ele um político e literário que propôs uma mudança dentro das constituições propostas pelo governo inglês. O primeiro dos críticos dessa nova era de especulação e aprendizado com a qual estamos conectados foi More o humanista, que deu ao mundo em sua "Utopia" uma visão de uma comunidade comunista perfeita (LONDON, 1922, Pág. 127)

Segundo Miguel (2015), Thomas More nasceu na Inglaterra em 1478. Foi um estudioso humanista, conhecedor e tradutor dos textos clássicos, pertenceu à corrente chamada de renascimento cristão. More foi grande amigo de Erasmo de Roterdã, pertencia ao grupo de intelectuais europeus da época. Erasmo dedicou um de suas obras a More, intitulada como elogio da loucura. Erasmo afirma que More “nasceu para a amizade e é um fiel e constante amigo. É de fácil acesso; mas se ocorre de se tornar íntimo de alguém cujos vícios não admite

correção, prefere distanciar-se e deixar qualquer intimidade a romper subitamente com a pessoa:

> Thomas More (1478-1535) viveu em um dos períodos mais críticos da história da Inglaterra, do continente europeu e do cristianismo. Sua vida abrange o crepúsculo empoeirado da Idade Média e o amanhecer violento do que séculos mais tarde também seria chamado de Idade Moderna. A figura desse homem eminentemente público reflete de forma esplêndida e trágica a glória e a dor de toda uma época. Um de seus biógrafos recentes escreveu sobre More que ele era um "indivíduo magnífico cuja vida recapitulou toda uma época de uma forma que pouquíssimas vidas foram capazes de fazer". Como nós, More viveu em tempos de transição e crise, o que, em grande parte, explica ou aprimora as características que ele apresenta como um homem medieval e moderno. E quando se pensa no significado histórico dessas poucas décadas do século XVI, não é difícil ter uma ideia da importância de More para a sociedade. (ALVARO, 1922, Pág. 203)

O jovem humanista More vivenciou as descobertas da américa, leu também as viagens Ainerigo. Foi influenciado por autores para escrever sua utopia, foi influenciado por sua realidade. A viagem da utopia é uma forma de assinalar males que eram presentes na sociedade e que poderiam ser solucionados e More usou da literatura de seu tempo para comunicar seu pensamento:

> Permanece o dia 7 de fevereiro de 1478, uma manhã de domingo, entre duas e três horas da madrugada, como o marco inicial da entrada de Thomas More neste “escuro mundo que, no fim, é uma prisão onde Deus é o carcereiro. Seu nome vinha de seu avô por parte de mãe e também de uma homenagem dedicada ao maior santo e mártir inglês de sua época, Thomas Becket135; já seu sobrenome, More, era fértil para significados e trocadilhos: “‘More’ poderia ser o ‘Mouro’ e Erasmo o chamava muitas vezes de ‘Negro’ (...) Morus era também o termo em latim para ‘amora silvestre’ e Thomas More plantaria várias mudas desta árvore que considerava ‘sábia’ em sua casa em Chelsea. E tinha plena noção do poder dos nomes para criar ou evocar o seu próprio lote de circunstâncias: em latim, ‘Morus’ é tolo, louco e ‘Mors’ significa morte” Sua mãe se chamava Agnes Granger e casou-se com John More no dia 24 de abril de 1474; foi a primeira das quatro esposas de John More; morreria por volta de 1499, devido à epidemia de cólera, se formos acreditar em um epitáfio escrito em latim naquele ano, localizado numa tumba em St. Michael Basings

> Hall e dedicado a uma Agnes More137. Thomas foi o segundo filho de uma série de seis. A primeira foi Johanna, nascida em março de 1475; depois viriam Agatha em 1479; John em 1480; Edward, que nasceu em 1481 e morreu prematuro; e, por último, Elizabeth, em 1482 (ALMEIDA, 2008, pag. 95)

Esse trecho (ALMEIDA, 2008, p. 95) oferece um retrato vívido e simbólico do nascimento de More, explorando o contexto histórico, familiar e até linguístico do nome do pensador. O autor vai além da simples biografia ao refletir sobre os significados simbólicos associados ao nome “More”, revelando desde cedo um traço fundamental da trajetória de More: sua profunda consciência da linguagem, dos símbolos e do peso cultural dos nomes.

Segundo Almeida (2008), o período entre 1492 a 1505, foi marado pelo fascínio de More pelo pensamento humanista que estava surgindo, isso também mostra seu discernimento entre unir sua vida pública com sua vida devota:

> Ele viu a necessidade de reforma e a desejou em escala global: na esfera privada na administração pública, na vida secular e eclesiástica, na educação e na economia. O estado em que o soberano nomearia para todos os cargos magistrados como Moor", escreveu Erasmo de Roterdã a Ulrich von Hutten, expressando com entusiasmo sua admiração pelos talentos de seu amigo inglês. A reforma é uma das ideias-chave para entender sua vida, seja qual for o campo de interesse. (Em alguns aspectos, More merece o título de revolucionário, embora nunca tivesse aceitado tal epíteto) (ALVARO, 1922, Pág. 205)

Fica claro que More foi um revolucionário com seu pensamento sobre a sociedade inglesa, falando sobre os problemas presentes dentro da sociedade que eram provocados pelo sistema governamental daquela época. Assim como Lutero, na religião, Maquiavel, na política, Galileu, na ciência, More foi um revolucionário em seus pensamentos. Na visão de Skinner (1996), More escreve seu livro pensando na reformulação cultural desenvolvida pelo período moderno. More caracteriza a Utopia como um manifesto crítico e irônico, mais voltado a provocar reflexão do que a propor reformas diretas. Ao descrevê-la como “salpicada de sátira judiciosa”, o autor destaca o uso habilidoso do humor e da ironia por parte de More para expor as contradições sociais, políticas e religiosas de sua época:

> Sua famosa obra Utopia é um manifesto brilhante e paradoxal, salpicada de sátira judiciosa, não tanto de reformas concretas contempladas como

> imediatamente necessárias, tanto na Inglaterra quanto na Europa, mas sim a expressão precisa de um certo desgosto ou desconforto com as atitudes profundas da época e do que era então a cristandade ocidental. (ALVARO,1992, pag. 206)

Sua crítica ao poder e a dissolução do real se tornam objetivos de More ao publicar sua obra em 1516 emergindo do nível da ideologia e reforçando o poder do imaginativo com arma fértil a comover um Império e alterar a percepção das dimensões constituintes da realidade. Segundo kosop (2017), o pensamento revolucionário de more, mesmo que seja utópico, busca construir uma realidade. Ricoeur (2015), diz que a utopia em seu pensamento é uma restauração da sociedade. Alvaro (1992) destaca:

> No final do livro, ele reconhece que toda a discussão sobre o assunto não passou de um começo, uma abordagem que pelo menos dará ao leitor uma pausa para não esperar o advento abstrato de uma reforma milagrosa, mas para examinar sua própria conduta em relação aos males e injustiças da vida social de seu tempo. No final da pequena e curiosa obra, somos informados de que "o mais distinto e erudito Sr. Thomas More não pode concordar com todas as coisas mencionadas" em seu diálogo com o misterioso Hythlodeus, e que a realização real de muitas delas é mais o objeto de seu diálogo com o misterioso Hythlodeus do que de sua própria conduta, e que a realização real de muitas delas é mais o objeto do diálogo com o misterioso Hythlode (ALVARO, 1992, Pág. 207)

A mentalidade da utopia está no horizonte de um mundo já passado e de outro que está despontando. O próprio More é um homem medieval e moderno, mesmo que eu seja obrigado a usar palavras cheias de poeira e preconceito de séculos. Entender More como um espírito de transição é fundamental para evitar cair na armadilha criada muito tempo depois pelos historiadores do século passado.

More destaca uma mentalidade critica também ao escolasticismo decadente, mas reforça em seus escritos uma advertência sobre os perigos de um humanismo sem deus em palavras concretas ele também diz que a vida humana é uma catástrofe sem um princípio religioso:

> Para o humanista inglês, a própria vida humana não pode ter origem ou integridade sem uma referência a Deus e à sua providência na história. Para More, Cristo é o Senhor da história e, por isso, sua defesa das grandes conquistas teológicas medievais não diminui seu desejo de uma nova era que

> romperia com a decadência escolástica, entre outros motivos de sepultamento. (ALVARO, 1992, pag. 209)

Sua mentalidade, mesmo dentro do período humanista, more buscou acreditar nos padres da igreja, monges da idade média, assim como nos clássicos gregos e latinos.

Ele não desprezava o passado porque era passado, nem abraçava o futuro apenas porque ainda estava por vir. Seu humanismo exigia que ele louvasse o bem, o verdadeiro e o belo em qualquer canto do tempo em que pudessem ser encontrados, e com a Utopia, precisamente porque se trata de "em qualquer lugar", em qualquer canto do planeta, por mais remoto e estranho que seja ao cristianismo, e mesmo que nunca tenham ouvido falar do homem de Cristo.

Mesmo depois de cinco séculos de sua publicação, a utopia, não terminaram suas reflexões filosóficas e desafios políticos. O debate sobre outras obras que possuem uma forma utópica revela um anseio de transformação dentro de um grupo social:

> Uma outra possibilidade de tratamento da Utopia é considerá-la como um gênero literário que possui traços próprios de criação discursiva. Seu plano estilístico tem obviamente como referência maior o trabalho de Thomas Morus, delineando um campo de representações cuja característica mais imediata é voltar a imaginação para o futuro como uma negação do presente (BARBOSA, 2003, pag. 26).

Na mentalidade de More toda realidade é fruto anterior diante de uma imaginação. Essa mentalidade é idealizada, assim como em Platão, na república, como em agostinho, na cidade de deus. Portanto a utopia, a mentalidade de more, é uma nova forma de olhar criticamente sua sociedade, assim buscando melhoras para os cidadãos. A obra precisa ser mais analisada, pois possui um caráter literário irônico e sarcástico. Tendo em vista isso é necessário analisar a sociedade, o governo, e as formulações do governo na utopia.

2. A estrutura da sociedade utopiana.

Quando pensamos em Utopia, somos imediatamente convidados a imaginar um mundo onde as divisões sociais não são um obstáculo, mas sim uma ponte para a colaboração e a harmonia. More, em sua obra, apresenta uma estrutura social que desafia apenas a lógica de seu

tempo. Segundo Skinner (1996), as divisões sociais em Utopia são bastante claras: trabalhadores, filósofos, e governantes, cada um desempenhando um papel essencial na vida comunitária, como se fossem peças de um grande quebra-cabeça onde todos se encaixam perfeitamente.

Os trabalhadores, por exemplo, são a espinha dorsal da economia utopiana. Eles não são vistos apenas como uma força de trabalho, mas como essenciais para a prosperidade coletiva. Muitas vezes, tanto no passado quanto no presente, fazemos distinção entre "trabalho digno" e "indigno". Sobre isso more comenta sobre os ociosos, assim fazendo referência aos grupos de nobres e clérigos que eram vistos como preguiçosos por more. “[...] que não haja mais ociosos entre vós. Dai à agricultura um grande desenvolvimento” (More, 1977, p. 31). A utopia pode ser vista como um mosteiro de desenvolvimento igualitário, tendo em vista sua crítica ao governo inglês da época. Na Utopia, essa noção é desfeita. Todos os papéis são valorizados, não importando sua natureza. Em uma cidade utopiana, uma cena que poderia ser cotidiana é um grupo de agricultores conversando animadamente sobre as melhores técnicas de cultivo, enquanto, ao mesmo tempo, um filósofo se junta a eles, trocando ideias sobre como a filosofia pode influenciar a agricultura e vice-versa. Essa interação ativa entre as categorias sociais é um reflexo de um ideal muito maior: a unidade da sociedade. Segundo Weil (1990), toda comunidade constitui uma comunidade de trabalho. Essa noção de tranalho na utopia, segundo Skinner (1996), serve para criar virtudes na personalidade humana. A diferença na utopia é que nessa comunidade todos buscam exercer suas funções para o bem-estar social, assim promovendo uma harmonia entre os cidadãos.

Na comunidade de More é interessante pensar em como são tratados os filósofos e governantes. Para ele, os governantes não são meras figuras de poder, mas líderes sábios que possuem um profundo entendimento de suas responsabilidades. Eles não lideram a partir de um pedestal distante, mas se inserem na comunidade, ouvindo as preocupações de cada cidadão. Segundo Claeys (2013), o líder deve servir ao povo, e não o inverso. Na utopia, o líder é uma representatividade de seu próprio povo.

Outras categorias surgem nessa estrutura utopiana, como as funções intermediárias, que servem como elo entre os trabalhadores e os governantes. Essas funções são meticulosamente desenhadas para garantir que informações fluam de maneira eficiente e que todos os âmbitos

da sociedade estejam interconectados. Eles debatem sobre o que realmente significa prosperar juntos. Essa conexão, quase palpável, transforma as divisões sociais de Utopia em uma rede viva de colaboração.

À medida que refletimos sobre essas organizações, é impossível não fazer comparações com nossas próprias divisões sociais. O que estamos fazendo, ou o que deixamos de fazer, para promover uma colaboração genuína entre diferentes grupos? Muitas vezes, as funções sociais compartimentadas criam divisões e até animosidades, ao passo que, em Utopia, cada papel alimenta o outro em um ciclo contínuo de apoio e crescimento. A Utopia nos convida a sonhar, mas também a agir – por meio da empatia, da colaboração e, principalmente, da flexibilidade nas relações sociais. Segundo More (1972), a liberdade é a consciência de agir para fins justos em meio as crises existentes na sociedade. Essa forma de pensar mostra uma estrutura de pensamento elaborada por More na utopia, assim buscando que cada cidadão tome consciência de seus atos praticados.

A estrutura política de Utopia, conforme imaginada por More, revela-se como uma teia complexa de interações e responsabilidades, onde cada indivíduo desempenha um papel essencial para o bem coletivo. Nesse espaço, os governantes não são meros agentes de um sistema hierárquico. Ao contrário, são escolhidos por sua sabedoria e serviço à comunidade, refletindo uma visão de que a verdadeira liderança requer um comprometimento genuíno com o bem-estar dos cidadãos. “é do príncipe que promana, como de fonte inesgotável, o caudal de bens e de males para todo o seu povo”. (MORVS, 2006, p. 663).

É interessante pensar sobre o processo de seleção dos governantes em Utopia. Os cidadãos não apenas elegem seus líderes, mas são também incentivados a participar ativamente da política, promovendo um diálogo contínuo entre as diferentes camadas sociais. Essa interação permite que cada voz seja ouvida e que as decisões reflitam não apenas interesses individuais, mas a realidade e os desejos da coletividade. Ouvindo mais dos outros e menos de si mesmos, os utopianos cultivam uma política que não é apenas sobre poder, mas sobre responsabilidade compartilhada:

> Cada trinta famílias elege, todos os anos, um representante que designam na sua primitiva língua por sifogranto e em língua mais recente filarco. A cada dez sifograntos, com as suas famílias, preside um traníboro na língua de antigamente, hoje chamado protofilarco. Finalmente, todos os sifograntos, que são duzentos, depois de jurarem

> que escolherão aquele que considerem mais útil, em votos secretos elegem como príncipe um de entre quatro que o povo tiver designado. De fato, cada um dos quatro bairros da cidade escolhe um representante para fazer parte do Senado. O cargo de príncipe é vitalício, e não pode ser destituído senão em caso de haver suspeita de propender para a tirania. Os traníboros ficam sujeitos à eleição anual, mas não são substituídos senão por motivo sério. Os restantes magistrados todos são anuais. (MORVS, 2006, p. 497)

Ao imaginarmos as instituições políticas de Utopia, é fácil visualizar uma assembleia lotada, onde as emoções saltam através de diálogos calorosos. Todos falaram ao mesmo tempo, as ideias fervilhavam no ar, e quem não estava na sala certamente perderia uma oportunidade preciosa de escutar a diversidade de pensamentos. Segundo Pessanha (1997), existe um desejo de reformar total na vida social, política e religiosa dos europeus do século XVI. É esse espírito que more capturou em sua idealização, onde os líderes são convidativos e a gestão pública se torna um reflexo das aspirações de todos.

Se examinarmos mais de perto a dinâmica entre os governantes e a população, compreenderemos que a confiança e a transparência são os pilares que sustentam essa relação. Para os utopianos, a política é uma extensão natural da vida em comunidade. Os governantes respondem não apenas por suas decisões, mas pela saúde emocional e social da população. Quando alguém ergue a voz em Utopia, é ouvido; quando um cidadão apresenta um problema, há um compromisso em encontrar soluções.

> Nisto a justiça da Inglaterra e de muitos países se assemelha aos mestres que espancam os alunos no lugar de instruí os. Fazei sofrer os ladrões pavorosos tormentos; não seria melhor garantir a existência a todos os membros da sociedade a fim de que ninguém se visse na necessidade de roubar, primeiro, e de morrer, depois? (More, 1997, p. 27).

A institucionalização da participação popular transforma a política numa experiência comunitária. Essa proposta é um sopro de ar fresco quando nos deparamos com a frustração em nossos próprios sistemas, que muitas vezes parecem distantes do cidadão comum. Através da escolha consciente e da responsabilidade coletiva, pode-se sonhar com uma política acessível e envolvente. Os governantes, nos moldes de more, não são figuras distantes, mas vizinhos que têm a tarefa de promover o bem comum em harmonia com os anseios de todos.

Atualmente, questionamos se essa forma de governança poderia inspirar novas maneiras de vivenciar a política, onde a música das vozes da comunidade e as batidas do coração da sociedade ecoam em suas decisões. A estrutura proposta por more nos convida a refletir: como podemos criar, nas nossas realidades, um espaço onde a política funcione como uma conversa genuína e não um monólogo? Essa é uma pergunta que nos toca, mexe nas entranhas da nossa existência coletiva:

> A principal causa da miséria pública reside no número excessivo de nobres zangões ociosos, que se nutrem do suor e do trabalho de outrem e que, para aumentar seus rendimentos, mandam cultivar suas terras, escorchando os rendeiros até a carne viva [...]. Eis aí pessoas expostas a morrer de fome se não tem o ânimo de roubar. Terão eles na verdade outras possibilidades? Procurando emprego gastam a saúde e as roupas; e quando se tornam descorados pelas moléstias e cobertos de farrapos, os nobres lhes têm horror, desprezando seus serviços (More, 1997, p. 27).

Em uma combinação de sarcasmo e ironia, more afirma que a culpa das mazelas presentes na Inglaterra é produzida pelo egoísmo dos mais ricos "[...] pestes públicas e germens do crime e da miséria" (More, 1997, p. 31) Conforme exploramos as nuances dessa utopia, é impressionante perceber que a proposta de more vai além do idealismo. A convivência harmoniosa entre governantes e cidadãos, enraizada na ideia de corresponsabilidade, poderia transformar radicalmente a percepção social.

De mais a mais, a participação ativa da população não apenas fortalece as instituições, mas transforma o cotidiano dos cidadãos. Uma simples decisão, como a de construir um novo espaço de lazer, pode adquirir novas dimensões quando cada voz é considerada. As reuniões em que se discute, propõe e decide, ficam impregnadas de um calor humano que dá vida ao conceito de política.

Esse modelo, entretanto, nos lança reflexões profundas sobre nossas próprias práticas democráticas. O que estamos fazendo para que a política retorne a ser uma conversa autêntica? Será que estamos dispostos a degradar as barreiras que muitas vezes separam governantes de governados? O exemplo de more nos oferece uma chama de esperança em um mundo onde a política pode ser a ponte que une corações e visões:

> Mas para nós, quantos séculos nos será preciso para aprender deles o que há de perfeito nas suas instituições? Eis o que lhes dá a superioridade do bem-estar e social, embora os igualemos em inteligência e riqueza: essa atividade

> do espírito dirigida incessantemente para a pesquisa, o aperfeiçoamento e a aplicação das coisas úteis (More, 1997, p. 52).

O sistema econômico de Utopia se destaca pelo seu compromisso com o bem-estar coletivo. O que se percebe nesse modelo é uma ausência de individualismo exacerbado, proporcionando um ambiente onde todos trabalham em prol de um objetivo comum. Uma das bases dessa economia é a ideia de que o trabalho não deve ser visto apenas como um meio de sobrevivência, mas como uma contribuição à sociedade.

Os utopianos dedicam-se a diversas atividades com compreensão de seu papel na comunidade. O trabalhador, por exemplo, não se limita a executar uma função; ele é parte de um ciclo mais amplo. Há uma profunda conexão entre as ações de cada indivíduo e o futuro da coletividade. Quando ouvimos sobre a feira comunitária, nos lembramos de situações em que todos participam com entusiasmo, trazendo suas habilidades e talentos.

O modelo econômico utopiano descarta a acumulação excessiva de riquezas. Em vez disso, a ênfase está na satisfação das necessidades básicas, acessando recursos de maneira coletiva. O que parece luxuoso em nossa sociedade, como um carro novo ou um smartphone, é considerado supérfluo por lá. Para eles, um dia produtivo não é medido por quão caro é o que se possui, mas pela alegria de ver a comunidade próspera e unida. Isso suscita reflexões sobre o que realmente significa prosperar. E se for possível trocar o conceito de sucesso por um mais colaborativo?

No cotidiano econômico, as interações são sempre marcadas por um senso de responsabilidade. Um exemplo palpável é a maneira como os cidadãos se envolvem na gestão e distribuição dos recursos. Essa relação de trocas respeita as habilidades de cada um, e sugere a ideia de que o valor está no que se pode oferecer, e não no que se possui. “sem erro ou dano a outro ser humano.” (SURTZ, 1957a, p. 30).

Com isso, surge a questão do que nossas economias contemporâneas poderiam aprender com o modelo utopiano. Há um entendimento profundo de que o sucesso de um depende do sucesso de todos. A sensação de comunidade e interdependência reforça e dá sentido ao trabalho, pois cada um compreende o impacto de suas ações. Ao fazer uma mudança para um

modelo mais cooperativo, seria possível minimizar tensões e desigualdades que tanto marcam nossas estruturas sociais atuais.

“aquilo que não pode ser transformado em benefícios, que tenha os seus malefícios reduzidos o máximo possível.” (LOGAN, 1983, p. 116). As transações diárias em Utopia não são meras transações. Elas vão além do aspecto econômico, engajando uma rede de interações que cultivam o afeto e a solidariedade. Quando um utopiano oferece seus produtos, não está simplesmente vendendo; está compartilhando uma parte de si mesmo. Esse é um princípio básico: o que se produz deve servir à comunhão, não ao lucro individual.

Diante desse panorama, é impressionante como um sistema pensado para priorizar o coletivo redefine noções de riqueza e sucesso. Há sempre caminho para buscar uma vida que valorize a comunidade e a colaboração em vez do acúmulo. Portanto, refletir sobre esse modelo econômico pode nos ajudar a compreender o modelo de sociedade mais justa e igualitária, onde as trocas são não apenas financeiras, mas emocionais e comunitárias.

Viver em Utopia é um convite a entender como os laços sociais refletem a essência de uma convivência saudável e próspera. A rotina dos utopianos é como uma melodia harmoniosa, onde todos os cidadãos, em suas variadas funções, dançam ao ritmo de um propósito comum.

Segundo Collins (2007), existe uma filosofia moral e política no pensamento de more quando se busca e alcance da felicidade, pois isso se relaciona com a prática social. Os momentos de lazer desempenham um papel crucial nessa tapeçaria social. As celebrações são mais do que mera diversão; são ritualizações da unidade. Um dia especial pode começar com uma colheita coletiva, onde todos contribuem para a mesa farta que simboliza abundância. Depois, os utopianos se reúnem sob a sombra de árvores frondosas, compartilhando histórias e canções que ecoam pelo ar, revelando suas esperanças e anseios.

Na Utopia, cada refeição é uma oportunidade para fortalecer essas conexões. Os utopianos eram conhecidos por se reunirem em torno de grandes mesas, onde a comida era distribuída de maneira abundante, mas nunca ostentosa. Esse compartilhamento não é só físico; é um sopro de essência que une corações e mentes. O lazer, aqui, não se resume a prazeres efêmeros. Ele é aliado ao bem-estar mental e emocional, um lembrete de que viver bem é uma arte que deve ser cultivada diariamente.

Por fim, ao refletir sobre a vida cotidiana em Utopia, somos levados a questionar o que podemos aprender com essa visão. A proposta utopiana nos instiga a visualizar um futuro em que coletividade e individualidade andam de mãos dadas. É uma oportunidade de transformação, onde todos são protagonistas na construção de um mundo mais humano e acolhedor.

2.1 A Questão da Igualdade em Utopia

Definir igualdade pode parecer uma tarefa simples, mas, nas entrelinhas da obra de More, encontramos um conceito intrincado que desafia nossa compreensão. Em "Utopia", More apresenta uma sociedade onde as velhas distinções de classe são eliminadas. Um lugar onde não existe a luta pelo poder ou a disputa por bens materiais, onde cada cidadão é digno e respeitado, independentemente de sua identidade ou origem. Esse é o ideal que More nos convida a contemplar.

Mas o que significa realmente ser igual em uma sociedade? Dizer que todos são iguais é assumir uma perspectiva que, à primeira vista, parece reconfortante. Porém, quando olhamos mais de perto, surgem questões mais profundas. A igualdade, em Utopia, não é apenas a ausência de distinções sociais, mas uma construção complexa que envolve aspectos econômicos, políticos e espirituais. É a ideia de que cada pessoa tem o direito a uma vida digna e ao acesso às mesmas oportunidades. O tema sobre a igualdade é um assunto novo dentro do pensamento moderno filosófico proposto More.

No mundo de More, a igualdade vai além de um mero ideal utópico. Segundo Logan (1983), é uma prática que se reflete na estrutura social. É uma vivência de preceito entre os homens. Os utopianos não são definidos por suas posses, mas sim pela sua contribuição à sociedade. Nessa visão, a desigualdade se origina das comparações e rivalidades que se estabelecem com a posse de bens materiais. Surtz (1957), discute a utopia sendo um sistema comunista. Ao abolir a propriedade privada, More sugere que devemos olhar para a essência das relações humanas, e não para o que podemos acumular.

Entretanto, a igualdade proposta por More é realmente alcançável, ou ao tentar implementá-la, não corremos o risco de criar formas de desigualdade? Segundo Baker-Smith

(1991), é necessário sondar as nuances do conceito. Porque, se pensarmos bem, até mesmo em um mundo sem distinções de classe, a comparação persiste. Se todos têm uma casa, mas algumas são maiores, mais amplas ou mais bem decoradas, como isso afeta a percepção de igualdade? Aqui, talvez, More nos ensine que a verdadeira igualdade não está em criar um cenário idêntico para todos, mas em garantir que cada pessoa tenha o suficiente para ser feliz e realizada. Um princípio grego, onde os valores e honras são maiores que acúmulos materiais.

Ademais, a visão filosófica de More implica que a verdadeira igualdade envolve direitos humanos fundamentais, essencialmente aqueles que nos fazem sentir valorizados. Existe uma relação intrínseca entre dignidade e igualdade. Cada indivíduo deve ser tratado com a mesma consideração, tendo seus direitos respeitados — ainda que a sociedade não possa garantir a individualidade no mesmo nível que os bens materiais. Essa é a balança frágil que precisamos equilibrar: como criar um espaço onde a dignidade humana esteja acima de tudo, sem reduzir o indivíduo a uma fração de sua essência? “que não é só mais bonito conferir do que receber um benefício, mas também mais prazeroso, pois nada produz alegria tanto quanto a beneficência”. (SURTZ, 1957a, p.39)

Nesse sentido, a igualdade em Utopia nos coloca frente a frente com o desafio de revermos nossos próprios conceitos e preconceitos. O conceito de igualdade proposto por More é mais do que um ideal; é um novo para o cotidiano, uma provocação constante para que nossos atos reflitam uma sociedade que realmente valoriza cada um de seus membros.

A proposta de More sobre a abolição da propriedade privada em Utopia é uma das ideias mais provocativas e desafiadoras apresentadas na obra. Ele defende que, ao eliminar a posse individual de bens, a sociedade se torna mais igualitária. O conceito de propriedade, um dos pilares do nosso entendimento social e econômico, é reimaginado em uma estrutura coletiva onde a riqueza não é concentrada nas mãos de poucos, mas distribuída entre todos, promovendo um senso de pertencimento e segurança. De acordo com os estudos de Logan (1983, p. 209), o comunismo econômico utopiano é tão abrangente quanto o que se propõe para os guardiões platônicos, em que não há nenhuma propriedade privada, além do que a estritamente essencial.

Vamos nos lembrar que, em muitos casos, a propriedade privada é vista como sinônimo de liberdade e autonomia. No entanto, More questiona essa premissa, argumentando que a verdadeira liberdade é alcançada quando não temos a pressão de possuir e acumular. Em Utopia,

os cidadãos não se preocupam com a posse de bens, porque vivem em uma sociedade onde o foco está na contribuição conjunta para o bem-estar. O que se torna essencial é a possibilidade de ter acesso ao que é necessário para levar uma vida digna, sem a ansiedade da competição incessante por posses.

Entretanto, essa ausência de propriedade privada realmente elimina as desigualdades? A proposta de more tem suas fragilidades. A concepção coletiva da propriedade pode, por sua vez, criar formas de desigualdade. Somos seres humanos, cada um com suas características e desejos singulares. Embora a ideia de que todos têm acesso igualitário aos recursos seja atraente, ainda devemos considerar se essa uniformidade de acesso não levaria, em alguns casos, à padronização de vidas e ao cerceamento das individualidades. Baker-Smith (1991, p. 140) acrescenta que:

> No estado de natureza, todo mundo assegura o uso das dádivas da natureza de acordo com suas necessidades e ninguém reclamava propriedade; foi somente com o desenvolvimento de organizações sociais que o sistema de direitos de propriedade foi formulado na lei. Assim, a lei como um sistema convencional, o ius gentium em contrapartida ao ius naturale, é um acordo entre homens para o seu benefício mútuo, mas, junto vem uma série de arranjos – propriedade, escravidão, comércio, o estado, e a guerra – que modifica as liberdades da lei natural.

E os direitos que emergem da propriedade? Em muitas sociedades, a posse está diretamente ligada a direitos e deveres, a uma identidade social. Em Utopia, More sugere que os direitos humanos básicos são garantidos não através da propriedade pessoal, mas por uma estrutura social que assegura dignidade a todos. Isso pode soar inspirador, mas é preciso questionar até que ponto conseguimos aplicar essa noção à realidade complexa em que vivemos.

A reflexão sobre propriedade e direitos nos leva a pensar, será que podemos criar um modelo social que equilibre a necessidade de respeito à individualidade com o anseio por uma sociedade equitativa? segundo Surtz (1957a), é que nem o direito natural e nem o direito positivo divino (o Evangelho de Cristo) são a base da propriedade privada.

. A discussão sobre o que significa ser igual em uma sociedade nos remete às desigualdades que persistem em várias esferas da vida moderna, como as econômicas e sociais. Ao passo que buscamos um ideal utópico, os desafios de uma sociedade justa continuam a estar

presentes. De acordo com Baker-Smith (1991, p.140) “[...] a compreensão do comunismo utopiano pressupõe conhecimento sobre o estado primitivo da natureza e da humanidade. Existe uma distinção clássica romana entre o estado primitivo da natureza e a ascensão da vida humana civilizada.”

Esta é a beleza e a complexidade do pensamento de More, um convite à reflexão constante sobre o que realmente significa viver em uma sociedade que preza pela igualdade, onde cada cidadão tem o direito de viver com dignidade e segurança, independentemente de sua origem ou condição. O que mais pode surgir de uma abordagem que mescla a coletividade à dignidade individual?

A consideração sobre os deveres dos cidadãos em Utopia revela um aspecto fundamental enraizado na noção de igualdade proposta por More. Nesse espaço idealizado, cada indivíduo não apenas possui direitos, mas também é visto através da lente de suas obrigações sociais. A ideia de que todos são igualmente responsáveis pelo bem-estar da coletividade se destaca como uma pedra angular dessa utopia. Em vez de se concentrar no individualismo, more constrói um espaço onde a cooperação e o auxílio mútuo são essenciais.

No contexto utopiano, todos trabalham em prol de um objetivo comum, e isso não é meramente uma expectativa, mas uma norma social. Cada cidadão tem um papel, uma função a desempenhar que, independentemente de sua origem, contribui para o fortalecimento da sociedade. O trabalho é interdependente. Ele não diz respeito somente à realização de tarefas, mas à construção de um futuro compartilhado. “o trabalho é a base do valor e a vida está de tal forma ordenada que o trabalho em tarefas essenciais, como a agricultura, possui alta estima.” (BAKER-SMITH, 1991, p. 202) O senso de pertencimento e a realização de um esforço coletivo são celebrados, formando, assim, uma rede de apoio que sustenta toda a estrutura social.

A prática do trabalho em conjunto não apenas melhora as condições de vida, mas também promove um ambiente de respeito e solidariedade. Através dos deveres cívicos, a igualdade se torna uma vivência diária.

E quanto ao sentido do trabalho? Em Utopia, ele é exaltado como um meio de realização pessoal e coletiva. O trabalho não é um fardo, mas um ato digno e fundamental para a prosperidade da sociedade. É interessante notar que, na visão de more, cada profissão é

respeitada de maneira equitativa. Não há posições privilegiadas em detrimento de outras, o que reitera a noção de que todos são igualmente importantes. Essa visão contrasta significativamente com o que experimentamos em muitos contextos contemporâneos, onde a hierarquia e a desigualdade permeiam até mesmo as atividades mais simples. Somente na Utopia pode-se designar o "commonwealth", ou "bem-estar público". (SURTZ, 1957a, p. 155)

Ademais, a responsabilidade cívica que cada utopiano carrega reforça a ideia de que a igualdade vai além de direitos passivos. Trata-se de uma participação ativa, onde cada voz tem peso e cada ação conta. O cidadão não se limita a receber benefícios; ele também tem a responsabilidade de contribuí-los. É um ciclo virtuoso que transforma a noção de cidadania. Essa disposição para o ativo envolvimento na sociedade propõe um modelo de vida adaptável e sempre em evolução, onde a relação entre direitos e deveres segue uma linha de harmonia.

A intersecção entre igualdade e deveres cívicos é reveladora. Em vez de se ver a igualdade como um ato de simples equilíbrio entre os cidadãos, More convida a uma reflexão mais profunda: a igualdade verdadeira emerge da compreensão de que cada um é necessário e que a colaboração constrói um tecido social forte. É quase como um milagre cotidiano, onde cada ato de generosidade e empenho gera uma força coletiva. "[...] fácil é perceber-se quão poucas horas sejam necessárias para a quantidade e a qualidade do trabalho que leva a produzir as coisas que mencionei." (MORVS, 2006, p. 509).

Assim, a discussão se desvia da mera existência de direitos e se concentra na obrigação de vivê-los plenamente. Aqui, a noção de dever é carregada de valor e significado, tornando-se um pilar para a organização da sociedade utopiana. "O debate sobre a desigualdade, especificamente a crítica que é feita a ela por More, adquire proeminência na medida em que se torna marco para identificar no autor inglês uma originalidade [...]" (Sousa, 2017, p. 108). É imperativo refletir se essa visão expansiva de deveres cívicos poderia ser a chave para se resolver as desigualdades da nossa realidade contemporânea. Se a participação ativa e o altruísmo fossem mais valorizados, como nossa sociedade se transformaria? Essa pergunta, embora despretensiosa, ecoa fortemente na atualidade, sinalizando que talvez a utopia de More não seja apenas um ideal distante, mas uma possibilidade que poderia, quem sabe, nos alcançar.

Analisando a sociedade utopiana criada por More, chegamos a uma reflexão crítica sobre a desigualdade que permeava seu tempo e, de certa forma, influencia o nosso presente de

forma inquietante. “A comunidade de bens e propriedades foi proposta no texto de More tendo em vista afastar as raízes dos males da sociedade: os vícios que decorrem de um amor pelas riquezas.” (Sousa, 2017, p. 115). A ideia de que instituições e sistemas sociais não precisam ser imutáveis é fundamental. Muitas vezes, ao falarmos de more, acabamos esquecendo de um aspecto central: suas propostas eram um grito por uma transformação social que desafiava as normas impostas. Através de suas palavras, fica clara uma interrogação crucial: há algo de utópico na luta por igualdade? Este conceito, que parece tão distante em sociedades contemporâneas, é um convite para uma análise profunda e sensível.

Desigualdade é uma realidade dura e perseverante, tão massiva que parece inalcançável. Contudo, as ideias de More podem nos inspirar a questionar: o que estamos fazendo para mudar isso? “O debate sobre a desigualdade, especificamente a crítica que é feita a ela por More, adquire proeminência na medida em que se torna marco para identificar no autor inglês uma originalidade [...]” (Sousa, 2017, p. 108). A noção de que a propriedade coletiva pode eliminar barreiras, e que somos todos interdependentes, ecoa ainda mais forte quando observamos, por exemplo, as tensões sociais atuais. Podemos nos perguntar se a busca por um status elevado, a ambição desmedida e a propriedade individual são realmente sinônimos de sucesso. Em Utopia, a coletividade é celebrada; a ideia de que a verdadeira realização vem do bem-estar comum se tornou um princípio surpreendente.

Além disso, é necessário refletir sobre o impacto da participação cívica em uma sociedade que aspira à igualdade. Não se trata somente de receber, mas também de contribuir. As responsabilidades que nos são dadas são um reflexo do que somos capazes de construir juntos. Em Utopia, a participação na vida social e política é fundamental; isso nos leva a ponderar: até que ponto estamos indo além das expectativas egocêntricas em prol do bem coletivo? O que, sinceramente, faria a diferença em nosso cotidiano? As reflexões se multiplicam, e a necessidade de um diálogo aberto parece ser um passo essencial.

“Identificar a desigualdade como sendo o debate central na obra de More é fundamental para afirmar a originalidade do autor no que concerne à utopia como um gênero literário [...] que tem em vista realizar críticas a realidades desiguais.” (SOUSA, 2017, p. 123). Ao final desse mapeamento, fica uma questão pungente: estamos, de fato, mais próximos de uma utopia em comparação com o tempo de more? Ou as desigualdades ainda se escondem sob novas

camadas, disfarçadas de progresso? Ao levantar essas perguntas, esperamos que seja um convite para adentrarmos em discussões mais profundas e provocativas, que façam não apenas ecoar, mas ressoar em nossos corações e mentes. Apenas assim avançamos, na busca de um mundo que se aproxima, lentamente, da igualdade sonhada.

2.2 A Propriedade Coletiva e seus Efeitos

A ideia de propriedade coletiva, tal como apresentada por More, não é apenas uma reflexão filosófica; é uma proposta ousada que nos convida a repensar a relação que temos com os bens e recursos que nos cercam. Em "Utopia", more nos apresenta um modelo em que tudo aquilo que é gerado e acumulado pertence a todos. Isso é um reflexo de uma visão profundamente enraizada na crença de que os bens não são apenas possessões individuais, mas sim patrimônio da comunidade, um legado que precisa ser compartilhado.

Skinner (1996), destaca que More foi o único entre os humanistas a "levar esse raciocínio à sua conclusão integralmente platônica", indicando uma ruptura radical com os pressupostos de seus contemporâneos. Quando analisamos os princípios que sustentam essa noção de propriedade coletiva, percebemos que o fundamento é a ideia de que todos têm direitos iguais sobre os recursos disponíveis. Significa que, ao invés de um pequeno grupo deter a riqueza e o poder, a distribuição é feita de maneira a promover a equidade e a responsabilidade compartilhada. Imediatamente, uma sensação de pertencimento emerge, já que todos são convidados a contribuir e a ter voz na gestão dos bens que são de todos. É curioso imaginar como essa mudança de perspectiva pode transformar o comportamento social. Ao desconstruir a ideia de posse, more proposita um retorno ao que poderia ser uma relação mais harmoniosa entre os indivíduos.

Como os cidadãos de Utopia se beneficiam desse sistema? Imagine uma manhã ensolarada, onde os habitantes se reúnem em um espaço comunitário para compartilhar alimentos, cultivados com cuidado e dedicação, sem a sombra da avareza ou da competição. Ali, todos têm acesso à mesma mesa, ao mesmo banquete; não importa quem plantou ou colheu, mas sim a alegria de estar junto. Essa dinâmica não apenas redefine como medimos o sucesso individual, mas também promove um sentimento de responsabilidade coletiva que é, por si só, reconfortante.

Segundo Skinner (1996), em Utopia não há propriedade privada, tudo pertence a todos e ninguém carece de nada, Dentro desse cenário, a organização e a distribuição dos bens são meticulosamente planejadas, de modo que todos têm acesso ao que precisam. No lugar das prateleiras vazias de uma sociedade marcada pela desigualdade, há uma abundância que se distribui de forma igualitária. É interessante pensar em como isso pode levar a um novo entendimento sobre os valores que norteiam a vida cotidiana. Cada ação torna-se uma cooperação, um esforço conjunto em prol do bem maior. Se tivermos um problema, não é só um problema individual, mas um desafio que todos enfrentam, levando a soluções comunitárias.

A propriedade coletiva, portanto, não é apenas um arranjo econômico; é um convite à construção de laços mais profundos. "Todos os cidadãos têm acesso aos bens e serviços em igualdade de condições, sem distinções de riqueza ou status social." (SKINNER, 1996, p.265)

Em conclusão, a proposta de propriedade coletiva em "Utopia" nos leva a considerar o papel que cada um desempenha na sociedade. Através da partilha e da responsabilidade, somos desafiados a repensar o que significa viver em comunidade. E, quem sabe, essa reflexão pode ser um passo decisivo para a criação de ambientes mais justos e acolhedores, não apenas em Utopia, mas em qualquer lugar onde a solidariedade e a empatia se tornem a norma.

A vida em um ambiente onde a propriedade coletiva é a norma traz à tona uma nova forma de se relacionar, que nos remete a uma reflexão profunda sobre o que significa, de fato, compartilhar. A moral em utopia se repousa no princípio da propriedade comum, o que elimina a cobiça e a inveja.

É curioso como essa mudança de perspectiva molda os laços interpessoais. Em muitos lugares, a aquisição desenfreada de bens e o desejo de possuir se sobrepõem ao que realmente importa: a conexão humana. Ao abolir a propriedade privada, os cidadãos de Utopia não apenas dividem os bens; eles também compartilham sonhos, medos e, o mais importante, o cotidiano.

O funcionamento prático desse sistema é sustentado pelo trabalho coletivo e pela justiça distributiva: “A terra é trabalhada em comum e os frutos do trabalho são distribuídos equitativamente”. Diferentemente das sociedades europeias de seu tempo, onde a desigualdade crescia com o avanço da propriedade privada e do capitalismo mercantil, more identifica na posse individual dos bens a origem dos males sociais: “Os utopianos consideram a propriedade privada como fonte de corrupção e desigualdade”. Assim, a Utopia moreana surge como uma

crítica radical ao mundo real e uma proposta teórica de reorganização econômica e moral da sociedade.

Essa dinâmica não é isenta de desafios. Ao viver em um espaço coletivo, as tensões podem aparecer. A liberdade e o gosto por querer um espaço só seu podem gerar conflitos. Porém, em Utopia, aprendem-se habilidades fundamentais: a comunicação aberta, a empatia e o respeito mútuo. Essas tensões, quando bem geridas, se tornam oportunidades magníficas para crescer e se fortalecer como comunidade. A reflexão sobre como lidar com a discordância se torna essencial, e, em última instância, isso reflete um profundo aprendizado sobre a natureza humana.

Coragem e vulnerabilidade andam de mãos dadas nesse novo modo de vida. Não é preciso ser forte o tempo todo. Ao abrir-se à coletividade, o utopiano permite que suas fragilidades sejam vistas, abraçando um apoio mútuo que muitas vezes falta em ambientes mais individualistas.

Em um mundo onde as barreiras do eu amenizam e a troca genuína é a norma, pode-se ainda questionar: o que significa, de fato, ser parte de algo maior? Uma vida que parte da partilha, que promove o coletivo, instiga a reflexão sobre nossos próprios comportamentos, valores e, principalmente, o que buscamos nas nossas interações.

Ao final, resta a certeza de que, enquanto o individualismo se perpetua em muitas partes do mundo, a experiência vivida em Utopia serve como um convite: reflita sobre como construir, ao seu redor, relações mais significativas e abrangentes. É um lembrete de que a coletividade é um espaço não apenas de direitos, mas, acima de tudo, de responsabilidades compartilhadas — um legado que vai muito além das meras posses.

A estrutura da propriedade coletiva em Utopia transforma radicalmente a economia local, criando um sistema que prioriza o bem-estar de todos em detrimento do individualismo exacerbado. Segundo Pereira (2012), o conceito de propriedade se desdobra em uma prática que integra produção e consumo de forma harmoniosa. Sem a sombra da concorrência feroz típica do sistema capitalista, as relações de mercado tornam-se mais cooperativas. Os cidadãos de Utopia, ao compartilharem os recursos, experimentam um alívio que os libera das amarras da avareza e da ganância.

Segundo Lopes (2004), a crítica mordaz das questões sociais de sua época nos dá uma medida mais exata das implicações políticas de sua Utopia, ele queria eliminar a distância social existente entre as classes abastadas e os numerosos pobres de seu tempo. A ausência da propriedade privada permite que a produção se concentre em atender as necessidades da comunidade, e não em satisfazer os interesses egoístas. As fábricas, em vez de focarem unicamente no lucro, buscam a eficiência e a qualidade de vida dos produtores e consumidores.

O tempo que antes era consumido em negociações acirradas agora é gasto em aperfeiçoamento e inovação. Há um entendimento profundo de que, quando todos se beneficiam, todos têm a ganhar. Essa dinâmica é especialmente ilustrada na forma como os produtos são distribuídos. Em vez de filas e escassez, Utopia promove uma cultura de abundância, onde o acesso é garantido para todos, e não apenas para aqueles que possuem mais.

Como não haveria mais espaço para o orgulho insolente da nobreza indolente e perdulária, o que afastaria de uma vez por todas a possibilidade de acúmulo de riqueza, todos os bens produzidos socialmente seriam repartidos em igual proporção entre todos os cidadãos. Além disso, observe como a economia de Utopia gera um ambiente de criatividade sem as limitações impostas pela luta por propriedade. Sem a pressão do "ter" como medida de valor, as pessoas se sentem livres para explorar suas paixões e talentos. Pintores, músicos e inventores encontram espaço para florescer, contribuindo com suas habilidades para o bem coletivo. Os cidadãos não apenas trabalham, mas também se aventuram, sabendo que seu legado não é um mero acúmulo de bens, mas a contribuição para uma sociedade vibrante:

> É inegavelmente mais inovadora, dentre muitas outras coisas, devido à sua ideia mestra: a abolição da propriedade privada, que vai além do fim da propriedade dos meios de produção, entrando mesmo porta adentro dos cidadãos (recorde-se que a economia monetária foi extinta e até as moradias eram comuns de tempos em tempos (LOPES, 2004, pag. 147)

A economia utopiana não é estática; ela evolui continuamente. A necessidade de inovação é impulsionada pelo desejo coletivo de crescer e melhorar. Os utopianos não vivem em um mundo de estagnação, mas, ao contrário, encontram-se em um constante movimento, onde as ideias se cruzam e se transformam. Isso gera uma dinâmica econômica rica onde a solidariedade e a colaboração tornam-se os pilares maiores.

O que isso significa para nós, que habitamos sociedades onde a propriedade privada é a norma? Tal reflexão nos leva a questionar como estamos organizando a produção e o consumo nas nossas vidas. Uma economia que prioriza o individualismo tende a deixar muitos para trás, enquanto a coletividade pode revelar formas de convivência e prosperidade que vão além da mera troca econômica. A proposta de uma sociedade em que a riqueza não é medida pelo que se possui, mas pelo que se pode compartilhar, ressoa profundamente em nosso entendimento de justiça e equidade. A inversão simbólica dos valores materiais denuncia o fetichismo do ouro e a corrupção moral que ele representa. “De fato, o ouro na Utopia era utilizado para fabricar urinóis e outros recipientes destinados a fins tão pouco nobres quanto estes.” (LOPES, 2004, p. 147)

Chegamos à encruzilhada de pensar o futuro: como será um mundo onde o ser humano é valorizado não pelo que acumula, mas pelo que constrói em conjunto? Que lições podemos extrair desse modelo econômico, mesmo sabendo que a transição é complexa e repleta de desafios? O ideal de Utopia desafia as premissas de nossas economias contemporâneas, oferecendo um convite para a reflexão. Enquanto nos engajamos com essas perguntas, talvez comecemos a perceber que a mudança não precisa ser uma miragem; ela pode se tornar uma realidade palpável e formativa, à medida que cada um de nós, em nossas pequenas ações diárias, decidimos trabalhar pelo bem maior.

A reflexão sobre as questões éticas relacionadas à propriedade coletiva nos leva a um campo vasto e cheio de implicações. Quando falamos em justiça social em Utopia, estamos, na verdade, colocando em xeque os pilares que sustentam nossas interações e nossas visões de mundo. O que significa, afinal, a posse e o uso dos recursos quando a tônica é o bem comum? A experiência cotidiana, em sua multiplicidade, nos mostra que a ética frequentemente se entrelaça com interesses pessoais e coletivos, e é aí que surgem os dilemas.

A própria ideia de que os bens pertencem a todos implica uma responsabilidade coletiva. Isso nos leva a questionar: estamos realmente prontos para compartilhar? O ato de dividir não é apenas sobre o que ter ou não ter, mas envolve uma mudança de mentalidade em que cada um se torna guardião do bem-estar do outro. Em uma sociedade onde a propriedade é coletiva, a noção de "muito" ou "pouco" pode ser redefinida. A verdade é que, nessa nova

realidade, o ato de tomar algo emprestado não é visto como um roubo, mas como uma extensão do cuidado pelo outro.

Entretanto, as dificuldades surgem com a abertura de mão de possessões. Para muitos, a ideia de não ter algo que se possa chamar de "meu" é desconcertante. É aqui que a ética entra em cena, desafiando-nos a examinar nossos valores fundamentais e a necessidade de pertencimento. No entanto, esta mudança não ocorre sem resistência. O furor pela individualidade, tão enraizado em nossa cultura, gera tensões que precisam ser administradas. O que acontece quando alguém quebra essa regra de partilha? Isso pode criar um grande dilema moral. Afinal, é até difícil imaginar como um sistema pode ser justo se as ações individuais não seguem a mesma linha de raciocínio.

E quando nos deparamos com as várias vozes dentro da comunidade, a pergunta se torna ainda mais urgente: como garantir que todos os interesses sejam ouvidos e respeitados? Essa é uma luta constante. Embora Utopia proponha um ideal onde a propriedade coletiva substitui a propriedade privada, surge a preocupação com a voz dos marginalizados, dos que têm perspectivas diferentes e que, muitas vezes, não são completamente ouvidos na hora de se tomar decisões coletivas.

A proposta utópica de more tem uma inspiração nitidamente cristã. Sua ética social está alicerçada no trabalho, na simplicidade de costumes e no bem comum, valores que estariam corrompidos no mundo real pela propriedade privada e pela cobiça.

No fundo, a questão moral da propriedade coletiva relembra a nós mesmos que vivemos em uma teia de interconexões. Cada ação, seja em direção ao altruísmo ou ao egoísmo, reflete em outros. Com isso, atravessamos um labirinto ético onde a solidariedade se torna uma prática diária e onde o que antes era uma linha divisória se transforma em um espaço de diálogo. A metáfora de uma comunidade como um organismo vivo se torna cada vez mais apropriada. Quando um membro se machuca, todo o corpo sente a dor e se mobiliza para a cura. Essa noção de que a saúde de um é a saúde de todos traz à tona o verdadeiro sentido de justiça social. A moral utópica é uma moral cristã-social, fundamentada na virtude coletiva e contraposta à moral egoísta das sociedades capitalistas. A moral pública não é imposta por decretos, mas cultivada no interior das instituições sociais. A educação, a vida comunitária e o trabalho compartilham da tarefa de formar o caráter do cidadão. Segundo Lopes (2004), a moralidade em Utopia é

incorporada socialmente. O cidadão virtuoso é fruto da formação coletiva, e não da coerção jurídica.

Por fim, repensar a propriedade e suas implicações éticas nos instiga a adotar uma postura crítica. Como nos posicionamos nessa balança entre direitos individuais e coletivos? A moralidade de um sistema que promove uma propriedade coletiva nos convoca a um ato de introspecção. O que significa ser justo? Como podemos, verdadeiramente, fazer justiça em um mundo onde aspectos fundamentais tais como a equidade e a ética estão em jogo? Esse questionamento não deverá ser apenas uma retórica; ao contrário, deve ecoar por entre nossas práticas, levando-nos a abraçar o desafio de vivenciar uma sociedade em que todos se sintam representados e cuidados. Essas reflexões profundas criam um eco que, esperamos, impactará também a forma como contemplamos a propriedade e a justiça em nossa realidade ainda distante da utopia idealizada. Como cita Lopes (2004) "A moralidade em Utopia é incorporada socialmente. O cidadão virtuoso é fruto da formação coletiva, e não da coerção jurídica." Moralidade e justiça social são indissociáveis. A desigualdade mina os fundamentos éticos da convivência.

2.3 Moradia, Trabalho e Tempo Livre em Utopia

Ao entrarmos no conhecimento sobre o mundo de Utopia, é impossível não se deixar levar pela maneira como a habitação é pensada, estruturada e vivenciada pelos seus habitantes. As casas, longe de serem meras construções erguidas por necessidade, são verdadeiros refúgios que promovem uma sensação de pertencimento e comunidade. More apresenta o trabalho como um mecanismo de igualdade social. Aqui, cada moradia reflete um ideal de igualdade e simplicidade que molda a vida cotidiana. O design das casas é cuidadosamente elaborado, priorizando o bem-estar coletivo e a interação entre os moradores. Em sua utopia, todos devem trabalhar, sem exceções ou privilégios, o que impede a formação de classes parasitárias e promove justiça distributiva. Trata-se de uma crítica clara à nobreza ociosa de sua época. Há uma liberdade na disposição dos ambientes, onde salões abertos se conectam aos espaços de convivência, estimulando as relações sociais. Como cita (LOPES, 2004, pag. 143):

> "Na verdade, na ilha de Utopia, o problema da exclusão social, tema candente de seu tempo, e ainda do nosso, seria resolvido de uma vez por

> todas. E de que maneira? Pela aplicação de todos ao trabalho, sem a menor possibilidade da existência de privilégios."

É interessante perceber que em Utopia, a moradia é pensada para ser funcional e cativante. Os lares têm uma conexão íntima com a natureza — pequenos jardins nas varandas, espaços para a prática de horta, onde os moradores se ajudam mutuamente a cultivar. Isso não apenas proporciona alimentos frescos, mas também fomenta a cooperação, uma verdadeira dança de mãos que se entrelaçam em torno de um propósito comum. Este ambiente, repleto de interação e afeto, ajuda a forjar laços que atravessam as barreiras do tempo, criando uma rede de apoio onde cada um se sente valorizado e respeitado.

Em Utopia, as moradias servem como espelhos do que se espera da vida comunitária. Um lar digno deve sempre ser um espaço seguro e inspirador, que nutre a alma e celebra a humanidade em suas nuances. Skinner (1996), destaca que essa forma de pensar a cidade utopiana possui uma influencia direta dos humanistas e uma perspectiva cristã sobre a natureza humana em sua dignidade.

A proposta de More sobre moradias comuns e rotativas reflete sua radical crítica à noção de propriedade privada. A casa, símbolo moderno de individualidade e posse, torna-se espaço compartilhado, promovendo igualdade e combatendo o apego material.

Ademais, as casas em Utopia não são designadas apenas para a habitação; elas também são um locus de aprendizado e crescimento. As paredes muitas vezes guardam não só lembranças, mas também um legado de histórias compartilhadas. Há um profundo entendimento de que a arquitetura deve inspirar e facilitar as interações, e isso é deliberadamente levado em consideração no planejamento de cada moradia.

Assim, quando more discorre sobre a estrutura de moradia em Utopia, nos apresenta não apenas um modelo habitacional, mas um convite a refletirmos sobre como escolhemos viver, trabalhar e nos relacionar com os outros. Segundo Lopes (2004), a habitação vai além do espaço; ela é o coração pulsante de uma sociedade que busca a harmonia, um lugar onde cada detalhe é meticulosamente pensado para reforçar o conceito de que juntos somos mais. E, nesse entrelaçar de vidas e histórias, a verdadeira essência de um lar se revela.

Na Utopia, a distribuição do trabalho é muito mais que uma simples alocação de tarefas; é uma dança harmoniosa entre os cidadãos, onde cada um desempenha um papel vital. Imaginar esse cenário é um exercício intrigante: pessoas se revezando em funções diversas, contribuindo conforme suas habilidades e paixões. Não se trata apenas de fazer o que se deve, mas de encontrar um espaço onde a colaboração e a solidariedade se entrelaçam com a autonomia.

A ideia de rotatividade é fundamental. Diferentemente do que vemos em sociedades onde o mesmo ofício se repete sem fim, em Utopia, cada um tem a chance de experimentar várias responsabilidades.

Morus propõe uma jornada de trabalho reduzida, mostrando que o esforço coletivo e igualitário seria suficiente para garantir bem-estar para todos. Isso antecipa ideias modernas de produtividade equilibrada e crítica ao excesso de trabalho.

o trabalho não é apenas uma necessidade econômica, mas sim um meio de valorização pessoal. Imagine como seria libertador saber que suas habilidades são apreciadas e utilizadas para o bem-estar coletivo, sem hierarquias opressoras. Em Utopia, o conceito de sucesso não é medido por status ou bens, mas pelo quanto você contribui para o todo. Como cita Lopes (2004) “Para o fim da abastança de alguns e da carestia de muitos, bastaria que todos os homens se aplicassem a uma jornada de trabalho de seis horas diárias.” Aqui, o trabalho é funcional e limitado, não para enriquecer, mas para manter as condições de vida dignas. O foco está em garantir tempo livre para o lazer e o desenvolvimento intelectual, uma visão humanista que se contrapõe ao utilitarismo moderno.

Segundo Pereira (2012), o trabalho é um ato de cooperação, onde cada indivíduo é reconhecido como parte essencial de um grande organismo social.

Quando todos colaboram, o que poderia parecer uma obrigação torna-se um prazer compartilhado. O diálogo entre os membros da comunidade é orgânico e fluido; as ideias ganham vida em meio a conversas informais, onde as trocas não são apenas sobre tarefas, mas sobre experiências e aprendizados

O ato de trabalhar em conjunto também não é livre de desafios. Há a frustração, o desgaste e, claro, o cansaço. Mas em Utopia, o apoio mútuo transforma esses obstáculos em

degraus da escada que leva ao crescimento coletivo. Cada erro se torna uma oportunidade de aprendizado. Como em qualquer relação, a comunicação é fundamental; é preciso ajustar as expectativas, entender os limites de cada um.

O impacto dessa abordagem se reflete não somente nas relações de trabalho, mas também na forma como nos vemos. Pensar em si mesmo como parte de algo maior é um conceito poderoso, que transforma a maneira como vivemos e interagimos. É aqui, neste ponto de junção entre individualidade e coletividade, que a verdadeira magia acontece. Nesses momentos de colaboração, a autoestima se fortalece e a valorização humana se intensifica.

No fundo, o que More nos propõe é um convite para repensar nossa relação com o trabalho. Não se trata apenas de uma troca de tempo por dinheiro; é um espaço onde podemos expressar quem realmente somos. Ao endereçar as necessidades do outro, automaticamente, estamos cuidando de nós mesmos. Essa sensação de reciprocidade se torna um laço que une todos em um propósito comum.

Claro, estamos longe de uma Utopia perfeita, mas isso não deve nos desencorajar. Cada passo dado em direção a um trabalho mais humano e significativo é uma vitória. É nesse sentido que a visão de More ressoa fortemente. O que, afinal, é Utopia se não a constante busca por um amanhã melhor? Como cita (MORE, 1972, pag. 165): “A função do trabalho não é a acumulação de riqueza, mas a produção do necessário para a vida comum.” Nesta perspectiva, o trabalho não serve ao lucro individual, mas ao bem comum. É uma crítica direta ao sistema capitalista nascente, que more via como responsável pela desigualdade e pela exploração.

O tempo livre em Utopia é algo intrinsecamente ligado à valorização do ser humano. Ao contrário de muitas sociedades contemporâneas, onde o lazer é frequentemente visto como um desvio das obrigações, aqui ele é celebrado como uma parte essencial da vida. Os cidadãos desfrutam de uma variedade de atividades culturais, esportivas e artísticas que não apenas preenchem seus dias, mas também fortalecem seus laços comunitários.

O lazer, em sua essência, representa oportunidades de aprendizado e autodescoberta. Os cidadãos são incentivados a explorar novos interesses, aprofundar habilidades ou simplesmente se perder em um bom livro. Esses momentos são fundamentais para a construção de um eu mais forte e consciente, pois criam um espaço onde o indivíduo pode refletir sobre suas experiências e compartilhá-las com os outros.

E quanto ao papel das tradições nesse cenário? As festividades em Utopia são ocasiões marcadas pelo calor humano e pela celebração da diversidade. Cada evento é uma oportunidade para inovação, onde novas ideias e expressões culturais se misturam com o respeito às tradições mais profundas. As pessoas se reúnem para dançar, cantar e contar histórias, criando memórias que se entrelaçam na tapeçaria da vida comunitária. Além disso, isso fortalece a identidade coletiva, promovendo um senso de pertencimento que é tão poderoso quanto reconfortante. Assim, o tempo livre torna-se um exercício de liberdade, um momento para ser verdadeiramente você, algo que é muitas vezes sufocado nas rotinas extenuantes da vida moderna.

Sob outra perspectiva, o equilíbrio entre o labor e o repouso constitui um pilar fundamental da organização social de More. Em Utopia, o tempo dedicado ao lazer não se configura como uma evasão das responsabilidades cívicas, mas sim como uma instância de revigoramento ontológico e intelectual. A relevância conferida ao descanso e à descontração é compreendida como um mecanismo de fortalecimento do sujeito frente às exigências da vida coletiva. Essa filosofia materializa-se na expansão do espaço público: a arquitetura de praças, teatros e bibliotecas é projetada para promover a sociabilidade e a alteridade, funcionando como uma extensão orgânica da esfera privada. Ao mitigar a carga laboral, More institucionaliza o tempo livre como um vetor de aprimoramento humanístico, no qual a cultura e a educação emergem como elementos imprescindíveis para a edificação ética do cidadão e a consolidação do bem-comum.

Esse entendimento é uma lição vital que Utopia nos oferece, provocando uma reflexão necessária sobre o valor das nossas horas, o que realmente importa e como nossas escolhas moldam a experiência da vida. Segundo Lopes (2004) Com a jornada reduzida, os utopienses podem se dedicar ao estudo, às artes e ao lazer.

Sem dúvida, em Utopia, o tempo livre é um ato de resistência e amor-próprio, uma forma de reivindicar a simplicidade e a alegria. Através dele, os cidadãos se conectam com a natureza, com os outros e, mais importante, consigo mesmos. Essa relação com o lazer e a cultura é um pilar fundamental para a construção de uma sociedade que valoriza não apenas a produtividade, mas a plenitude da experiência humana, tão essencial em um mundo que precisa, desesperadamente, de mais significado e amor nas interações cotidianas.

O trabalho em Utopia transcende a mera função de garantir sustento. Ao contrário do que muitas vezes se vê na sociedade contemporânea, onde a ocupação pode se tornar um fardo, em Utopia, a atividade laboral é uma celebração da diversidade humana. Cada cidadão, ao empregar seus talentos e habilidades em prol do bem comum, não apenas contribui para a coletividade, mas também encontra um espaço para sua autoexpressão.

Nas reflexões de More, o trabalho é um ato profundo de dignidade. Não se trata apenas de cumprir horários ou alcançar metas. É mesmo sobre como podemos aprender e evoluir a partir do que fazemos, seja em pequenas atividades manuais ou em funções mais complexas. A ideia é mergulhar na intensidade do presente, sabendo que cada ato, por mais simples que pareça, possui peso e significado. Quando se observa esse /espírito colaborativo, há um sentimento de pertencimento que permeia a comunidade, um laço que une as pessoas numa teia de experiências compartilhadas. Segundo Lopes (2004), O tempo livre é ressignificado como oportunidade de desenvolvimento do intelecto e da moral. O lazer não é alienação, mas cultivo da liberdade interior — uma visão humanista e progressista.

Na busca por reconhecimento, muitas vezes deixamos de lado o que realmente nos motiva. Em contraste, Utopia propõe um reencontro com essa essência. Os cidadãos trabalham não apenas para sobreviver, mas para florescer. Este resgate de propósito no trabalho torna-se vital

Olhar para o trabalho de forma a reconhecer seu potencial de elevar a condição humana é um convite a refletirmos sobre nossas próprias jornadas. Essa intensidade é o que more nos propõe como ideal.

O convite que more nos deixa no contexto utópico é uma provocação a refletirmos sobre a própria natureza do trabalho. Ao encontrarmos sentido nas atividades que realizamos, há um despertar de nossa consciência, uma conexão mais profunda com o que realmente importa. E, no fim das contas, essa busca por um modo de viver mais humanizado é, sem dúvida, uma viagem de descobertas, uma jornada carregada de nuances e aprendizados. Uma oportunidade inestimável de construir um legado que transcende as gerações.

3. Desigualdade, Justiça e Lei em Utopia

O sistema jurídico em Utopia, conforme idealizado por More, é um retrato fascinante das aspirações humanas por uma sociedade mais justa. Nele, a justiça não é apenas uma questão de normas e regras, mas sim uma construção que visa promover o bem-estar coletivo. Um lugar onde as leis são vistas como instrumentos de harmonia e não como meras imposições. É um conceito que, à primeira vista, pode parecer utópico, mas que, se pensarmos bem, ainda ecoa nas discussões contemporâneas sobre justiça social.

More configurou um sistema em que juízes não são apenas figuras autoritárias, mas, em essência, mediadores da paz. Segundo Skinner (1996), essa visão contrasta fortemente com a prática comum em seu tempo, onde a justiça era muitas vezes um conceito distorcido e manipulável. Os juízes em Utopia têm a responsabilidade não só de aplicar a lei, mas de buscar soluções que beneficiem a todos. É uma abordagem que reflete um profundo entendimento da natureza humana, reconhecendo que o verdadeiro papel da justiça vai além da punição. O ser humano aparece como sujeito importante perante a lei:

> "Dizem os utopianos que a única finalidade de uma lei é lembrar às pessoas quais são os seus deveres; portanto quanto mais complicada ela for, tanto menor será a sua eficácia, já que muito poucos serão capazes de compreendê-la. Por outro lado, uma lei cujo significado seja simples e óbvio explica-se naturalmente àqueles que vão em busca do seu entendimento." (More, 1997, p. 39)

Segundo Skinner (1996), no sistema de More, as leis são cultivadas para nutrir esse espaço, e ele crê que o conhecimento e a educação são os adubos que ajudam para o desenvolvimento da justiça. Por isso, as leis não são rígidas; elas evoluem, adaptando-se às necessidades da sociedade. Isso nos leva a pensar em como estamos, muitas vezes, presos a um sistema que parece incapaz de se reinventar.

A acessibilidade da justiça para todos os cidadãos é um dos aspectos mais impressionantes do modelo jurídico utopiano. Tem algo reconfortante em saber que, em Utopia, qualquer pessoa pode reclamar seus direitos e receber atenção adequada. As adversidades não são ignoradas, mas sim enfrentadas com um espírito de solidariedade.

As discussões acerca dessa problemática permanecem perenes e dotadas de crescente relevância na teoria jurídica e política. Observa-se, contemporaneamente, a persistência de entraves burocráticos deletérios que obstruem o acesso das parcelas vulneráveis da população

à tutela jurisdicional efetiva. Nesse cenário, o contraste entre a norma e a realidade torna-se flagrante, fazendo com que as reflexões de More ecoem com vigor: a justiça é compreendida não meramente como um rito formal, mas como um processo dinâmico e teleológico, no qual o postulado da dignidade humana deve figurar como o eixo axiológico central.

Neste universo de utopia, a lei não se impõe; ao contrário, ela flui. Para Logan (1983), os cidadãos de Utopia são incentivados a se envolver na elaboração das leis, a entender que a justiça não é somente uma responsabilidade do sistema, mas um compromisso coletivo. Essa ideia de corresponsabilidade, que esteve um pouco escondida em meio às dinâmicas da história. A verdade é que a justiça, como desejava More, não pode existir em vácuo; ela precisa ser um reflexo da sociedade, uma expressão viva da ética e da moral que todos devem cultivar juntos.

A visão de More entre justiça e igualdade em Utopia é uma das nuances mais impressionantes do pensamento. A justiça, para ele, não é apenas um conceito a ser aplicado em fórmulas frias e distantes. “o bem-estar se reparte igualmente por todos os membros dessa admirável sociedade” (More, 2017, p.88) isso nos leva a refletir sobre como a justiça se entrelaça com a igualdade, formando um tecido social que sustenta a convivência humana.

Um aspecto intrigante dessa visão é que a justiça em Utopia busca garantir que todos desfrutem dos mesmos direitos e responsabilidades. Isso contrasta fortemente com a realidade de muitas sociedades europeias, onde o acesso a direitos básicos pode ser uma mera utopia.

O que More tenta ensinar é que a justiça não pode existir em uma bolha; ela deve ser nutrida pela equidade. Ninguém deve ser tratado como um número ou uma estatística; cada cidadão é uma parte essencial do todo. A justiça idealizada por more é uma prática viva, que se manifesta no cotidiano de sua época, na forma como cuidavam uns dos outros e como as leis são elaboradas e interpretadas.

É ainda mais impactante quando consideramos o papel da injustiça, que muitas vezes é alimentada por preconceitos e desigualdades históricas. Segundo Logan (1983), essas falhas humanas se repetem de maneira intrigante, principalmente na esfera social. Quando olho para a história, podemos observar como os ciclos se perpetuam. É fácil esquecer que a construção de uma sociedade justa requer esforço e, muitas vezes, um desmantelamento de estruturas que privilegiam alguns em detrimento de outros.

Segundo More (2017), a justiça precisa de um espaço onde a igualdade não seja uma mera aspiração, mas uma realidade vivida. More nos provoca a imaginar um sistema em que cada ser humano é respeitado em sua individualidade, onde as emoções e as experiências de vida contam tanto quanto as regras escritas. Como indivíduos, a nossa responsabilidade é cultivar essa noção de justiça em nossas interações diárias. Em um mundo onde as desigualdades estão tão presentes, somos chamados a agir de maneira que a justiça seja uma vivência cotidiana.

Por fim, refletir sobre o conceito de justiça entrelaçado à igualdade nos desafia. Essa introspecção nos direciona a pensar no que realmente significa viver em uma sociedade que valoriza a dignidade de todos. A utopia não é simplesmente uma narrativa idealizada, mas, como deixa registrado more, uma crítica ao sistema que diminui o cidadão diante da lei.

A função do Estado em Utopia transcende a simples imposição de leis. Na visão de More, o governo não deve ser apenas um executor impessoal de regras, mas um verdadeiro guardião da ética e da moralidade. “A uma sociedade em que se evidencia o vício, ele apresenta o modelo de uma sociedade virtuosa.” (Collins, 2010, p. 11). Isso traz à tona a ideia de que o papel do Estado é cuidar das relações humanas, garantindo que a justiça não seja um conceito abstrato, distante das experiências diárias das pessoas.

Para More (2017), a justiça precisa ser vivenciada em plenitude; isso acontece quando o Estado se implica ativamente na promoção de um ambiente de equidade, onde nativos e imigrantes, ricos e pobres, possam sentir que têm direitos dignamente respeitados. A ideia de que todos pertencem ao mesmo corpo social, que as necessidades de cada um são levadas em consideração, faz parte de uma nova narrativa, muito distante da indiferença que, em muitos casos, encontramos no panorama contemporâneo.

O Estado, muitas vezes, se isola em seus palácios de decisões e acaba por se distanciar das necessidades das pessoas. Em muitos casos, é o poder do dinheiro que dita as regras, e a ética parece relegada a um canto escuro, longe dos holofotes da ética governamental.

More sugere que o verdadeiro objetivo do governo em Utopia é cultivar um cenário onde a justiça não se confunda com o mero cumprimento das normas. Justiça deve ser um vivenciar coletivo onde todos se sintam representados e valorizados. Segundo Logan (1983), um Estado que abraça essa filosofia se transforma em uma entidade meticulosa, que analisa

suas próprias práticas e busca incessantemente pela melhoria, aprendendo com os erros, mas também celebrando as conquistas. Um ambiente onde a ética é o centro e a justiça é entendida como uma vivência, não um evento ocasional.

Quando refletimos sobre a urgência de se ter um Estado que aplique um conceito mais profundo de justiça, percebemos que não se trata apenas de um ideal utópico, mas de um caminho viável para a construção de uma sociedade mais humana.

O que More delineou em sua obra se assemelha a um ideal que continua a ecoar nas discussões sobre o que consideramos justiça em nossos tribunal e legislações. Questões como a corrupção dos valores, a falta de acesso igualitário às leis e a sensação de que a Justiça muitas vezes serve apenas a uma elite são temas tão presentes hoje quanto eram no século XVI.

Segundo Skinner (1996), quando More apresenta a Justiça em Utopia, está enfatizando que ela deve ser um reflexo da igualdade. Não é apenas sobre punir o delito, mas sobre restaurar a dignidade do indivíduo. Isso se conecta diretamente ao conceito de que todos, independentemente de sua posição social, merecem um tratamento legítimo diante das leis:

> "Quando examino todos esses governos que hoje florescem, não vejo neles — Deus me perdoe — nada mais do que uma conspiração de ricos que, sob o nome e o pretexto do Estado, apenas buscam os seus próprios interesses." (More, 1997, p. 45)

A justiça sempre será um tema conflituoso e, ao mesmo tempo, delicado. Na utopia, busca uma visão de igualdade para os cidadãos ingleses que viviam sobre uma pressão social imposta pelo governo.

3.1 Críticas e Limitações da Utopia

No seio das discussões intelectuais da época, vozes se levantaram tanto em prol quanto contra as proposições de More. Muitos viam no conceito utópico a encarnação de um ideal de justiça e igualdade que poderia inspirar mudanças significativas. Autores contemporâneos, como Erasmo de Roterdã, enalteciam a visão de More, percebendo nela um sopro de esperança em tempos densos de conservadorismo e desigualdade social. Não seria essa um anseio profundo da humanidade por uma vida melhor? O que More nos oferece, afinal, são aspirações

humanas universais, um desejo de evoluir, de encontrar um caminho que, ao menos, nos faça ter esperança.

Por outro lado, a trama do realismo não tardou a se tecer nas críticas direcionadas ao livro. As vozes dissonantes argumentavam que a proposta utópica carecia de viabilidade. Segundo Skinner (1996), a própria ideia de uma sociedade sem propriedade privada, onde todos trabalham coletivamente pelo bem-estar geral, foi considerada por muitos como irremediavelmente ingênua. Pensadores da época, como Maquiavel, levantavam questões cruciais sobre a natureza humana. Se somos, por essência, seres ambiciosos e, em certa medida, egoístas, como poderíamos acreditar que a sociedade alcançaria um estado ideal? O que seria o pobre e o rico? Segundo Logan (1983), o pobre seria o amado por Deus na ideia de vida eterna. O que More estava realmente propondo uma visão de discordância com a natureza humana ou um convite a transcendê-la?

Essas perguntas não se restringem apenas ao olhar de quem viveu no século XVI. Ao longo dos séculos, "Utopia" foi revisitado em contextos diversos, ressoando novamente nas arenas políticas e sociais. Em momentos de turbulência, como a Revolução Francesa ou até mesmo as lutas por direitos civis no século XX, o idealismo de More foi sacudido e reinterpretado. Mas será que esse idealismo, em sua essência, é um reflexo apenas da inocência do passado ou da esperança persistente de um futuro?

As críticas também se estendem às implicações práticas do modelo utopiano. Segundo Skinner (1996), não é só uma disputa teórica; discute-se se um modelo de sociedade tão rigorosamente estruturado não acabaria por sufocar as liberdades individuais em nome do bem comum. Afinal, ao tentar criar a perfeita harmonia, estaríamos, involuntariamente, criando um ambiente opressor? A sobriedade de um sistema que busca eliminar as desigualdades poderá por si só gerar novas formas de discriminações e exclusões. E isso nos leva a outra questão: as falhas nas tentativas de concretizar ideais utópicos na história, como as experiências em comunidades como a dos amish[12] ou mesmo os experimentos socialistas do século XX, são meramente acidentes de percurso ou indicam uma travessia perigosa que todos enfrentam em busca de um ideal? A idealização de mundo anteceder o conceito sugerido por More.

[12] Os Amish são uma comunidade cristã anabatista conservadora, com origem no século XVII na Europa, conhecida pelo estilo de vida simples, pacifista e com restrições severas ao uso de tecnologia moderna

Em suma, a análise de Utopia segundo Logan (1983), é complexa e requer uma visão multifacetada. As críticas de More vão além de um desdém por suas ideias; elas tocam em questões centrais sobre a humanidade e as estruturas sociais que moldam nossa existência. É um convite à reflexão profunda sobre o que realmente significa viver em um mundo ideal, e se este, de fato, é um objetivo possível de se alcançar ou apenas uma miragem no deserto de nossas aspirações.

A idealização do que deveria ser uma sociedade perfeita esbarra em nuances profundamente enraizadas em nossos contextos sociais. Para alguns, a utopia é uma metáfora, um desafio ao status quo, enquanto para outros, é uma armadilha, um convite ao autoritarismo disfarçado de benevolência. Isso mesmo, muitos acreditam que a busca incessante por uma utopia pode acabar por sufocar a individualidade, impondo restrições à liberdade que se pensava ser promovida.

A análise da obra de More ganha densidade ao ser confrontada com as diversas experimentações coletivistas e comunidades intencionais que, ao longo da história, buscaram materializar paradigmas societários alternativos. É imperativo compreender que a crítica de More à conjuntura inglesa não se encerra em uma idealização romântica ou em um exercício puramente poético; pelo contrário, ela emerge de uma leitura fenomenológica da realidade. A gênese da Utopia está intrinsecamente vinculada às tensões materiais de seu tempo, configurando-se como um projeto de transformação ontológica e política. More não se limita à abstração, mas projeta uma alteridade que funciona como uma resposta dialética aos impasses sociais, econômicos e institucionais da Inglaterra do século XVI.

A verdadeira pergunta que permeia tudo isso é: estamos dispostos a abraçar a complexidade da realidade para buscar uma utopia que não é estranha a nós? Podemos nos inspirar nos ideais de More e aceitar que o caminho será provavelmente repleto de curvas e desvios inesperados. A utopia pode ser um eterno caminho, e não um destino fixo. Como um guia que nos traz ao centro de uma discussão contínua sobre o que significa viver bem em sociedade, suas ideias insistem em que olhemos para o futuro com um olhar crítico, mas também com uma centelha de esperança.

Olhando para tudo isso, podemos concluir que, ao invés de desprezar essas aspirações, mesmo que tenhamos consciência de suas limitações, podemos acolhê-las e, quem sabe, dar um passo em direção à construção desse ideal:

> Mas para nós, quantos séculos nos será preciso para aprender deles o que há de perfeito nas suas instituições? Eis o que lhes dá a superioridade do bem-estar e social, embora os igualemos em inteligência e riqueza: essa atividade do espírito dirigida incessantemente para a pesquisa, o aperfeiçoamento e a aplicação das coisas úteis (More, 1997, p. 52).

Ao considerar as limitações do modelo utopiano proposto por More, é imprescindível refletir sobre a viabilidade prática de suas ideias. Muitas vezes, a construção de uma sociedade ideal é narrada de maneira tão sedutora que é fácil se deixar levar por sua beleza. No entanto, quando começamos a analisar o que realmente implica viver em um mundo rigidamente organizado e perfeito, surgem perguntas cruciais. A Utopia, como proposta por more, era um lugar onde a propriedade privada não existia, as leis eram simples e justas, e as pessoas viviam em um estado de harmonia e felicidade.

Uma questão central se destaca: a liberdade individual. A proposta de More, ao criar um ambiente com regras estritas, pode ser interpretada como uma limitação da liberdade. Segundo Vásquez (2001), a ideia de que cada aspecto da vida de um indivíduo deve se moldar a um padrão de perfeição pode gerar uma sensação de sufocamento. O que se imagina ser uma sociedade ideal pode rapidamente se transformar em um regime opressor, onde a individualidade, a criatividade e até os desejos pessoais são sacrificados em nome do coletivo.

Isso nos leva a revisitar tentativas utópicas ao longo da história, onde experiências de sociedades perfeitas mostraram-se complexas. Desde as comunidades anarquistas do século XIX até as tentativas de coletivização em momentos de revolução, muitas dessas experiências resultaram em frustração e desilusão. O que se imaginava como uma utopia foi, em muitos casos, um campo fértil para o autoritarismo e o controle social. Os sonhos mais nobres, muitas vezes, colidiram com a dura realidade da natureza humana, com suas falhas, suas ambições e seu desejo de poder.

Por exemplo, a comuna de Oneida[13], nos Estados Unidos, que durou de 1848 a 1881, foi fundada com ideais socialistas semelhantes aos de More. A proposta da comuna era criar uma sociedade em que todos os membros contribuíssem para o bem coletivo. No entanto, conforme

[13] A Comunidade de Oneida foi uma sociedade utópica religiosa radical, fundada por John Humphrey Noyes em 1848, em Nova Iorque, baseada no perfeccionismo cristão, propriedade comunal, "casamento complexo" (amor livre) e a criação conjunta de filhos. A comunidade prosperou por três décadas antes de dissolver-se em 1881 e se tornar a empresa de talheres Oneida Limited, conhecida mundialmente.

o tempo passou, conflitos internos e questões sobre a liderança emergiram, desmantelando a harmonia que se pretenderia alcançar.

Para Vázquez (2001), o que importa em última análise é a disposição de dialogar, refletir e, acima de tudo, entender que mesmo os ideais mais nobres requerem uma atenção cuidadosa à sua implementação e às implicações que podem ter sobre a individualidade e a liberdade dos que compõem a sociedade. Essa é a verdadeira essência do pensamento utopiano: um convite à ação consciente e à construção de um amanhã sustentável onde a dignidade humana prevaleça. Neste ponto, é fascinante observar como a memória coletiva do idealismo de More se entrelaça com a luta real por justiça e igualdade.

3.2 Igualdade e Utopia

Ao refletirmos sobre a proposta de uma sociedade igualitária apresentada por More em sua obra "Utopia", somos convidados a explorar as camadas complexas que rodeiam o conceito de igualdade. A ideia de uma utopia, embora cativante e inspiradora, levanta diversas questões sobre o que realmente significa ser igual em um mundo tão multifacetado. More visionou um lugar onde as carências e as desigualdades seriam obliteradas, um espaço de harmonia e compartilhamento.

Em meio a tantas nuances, a igualdade pode ser interpretada de maneiras surpreendentemente diversas. Por exemplo, a igualdade econômica pode soar reconfortante, mas será que isso se traduz em justiça social plena?

Afinal, uma utopia não deve ser simplesmente um sonho distante, mas um impulso para buscarmos transformações significativas em nossos dias - e, talvez, essa busca comece em nós mesmos.

Ao refletirmos sobre os aprendizados que emergem das páginas de "Utopia", é impossível não nos deixar envolver pela profundidade das ideias de Thomás More. As noções de organização social, propriedade coletiva e justiça reverberam de maneiras ásperas, mas avivadas, nas estruturas contemporâneas que habitamos.

Ao discutir a propriedade, por exemplo, somos lembrados constantemente da maneira como acumulamos bens e privilégios que podem não só elevar nosso status, mas também distanciar-nos do verdadeiro sentido de comunidade e coletividade.

E ao olharmos para as lições de justiça e cidadania debatidas por more, somos convocados a uma introspecção bem mais profunda do que gostaríamos.

Afinal, não somos seres isolados, mas parte de uma tapeçaria vibrante, onde cada fio conecta-se ao outro em um emaranhado de experiências e histórias. A consciência de que participar dessa construção implica abraçar a diversidade e buscar soluções para as desigualdades mais profundas e complexas deve ser um convite à ação diária.

As lições de More não se restringem a uma crítica ao seu tempo, sugerindo que enquanto houver diálogos sobre justiça, ainda há possibilidade de evolução.

Segundo Vázquez (2001), a busca pela justiça e igualdade é um tema que nos toca profundamente e que, de alguma forma, permeia nossas interações diárias e nossas aspirações enquanto sociedade. Quando falamos sobre justiça, parece que estamos lidando com um conceito tão etéreo, e ao mesmo tempo tão palpável. O que significa realmente ser justo? Em nossas vidas cotidianas, cercados por relações e dinâmicas sociais complexas, essa pergunta ecoa.

A justiça está intrinsecamente ligada à nossa ideia de o que é certo e errado, e cada um de nós traz consigo um conjunto de valores e experiências que moldam essa percepção. Algumas vezes, no entanto, somos provocados a reavaliar esses conceitos.

Assim, ao refletirmos sobre o que é justo, somos naturalmente levados a confrontar o que é desigual. Essas realidades desnudam a superfície da utopia idealizada por More, nos forçando a olhar com honestidade e empatia. O que fazer então com essa consciência? Há quem diga que é um fardo, mas, ao contrário, pode ser um poderoso combustível para transformação.

Segundo Vázquez (2001), a justiça que tanto aspiramos não é apenas uma construção externa. É algo que brota de dentro, que se refere diretamente ao modo como nos posicionamos no mundo. Quando nos perguntamos o que é justo, começamos a entender que justiça também é sobre inclusão.

As desigualdades que atravessam o nosso cotidiano, como as econômicas, raciais e de gênero, tornam a utopia proposta por More um desafio não só filosófico, mas real. Olhar para o presente e perceber como nosso ambiente se compõe de várias camadas de injustiça é uma tarefa que nos pede urgência e consciência coletiva.

A justiça deve ser um princípio que não se limita a conceitos abstratos, mas se traduz em ações. Para More (1997), justiça é tão simples quanto garantir que cada um tenha a chance de prosperar em comunidade.

Por isso, é essencial que, ao refletirmos sobre igualdade e cidadania, não caiamos na armadilha da paralisia "onde o bem público é a única preocupação, o homem é verdadeiramente livre" (MORE, 1997, p. 32). O que podemos fazer, e o que deveríamos fazer, são perguntas que não devem ter respostas prontas, mas que podem e devem ser discutidas e vividas no cotidiano.

CONCLUSÃO

Diante da análise empreendida, a presente dissertação logrou êxito em desvelar a complexidade da filosofia política de More, sublinhando a centralidade de sua proposição de uma sociedade igualitária. A investigação demonstrou que a obra Utopia transcende a mera ficção literária, consolidando-se como uma contribuição perene ao pensamento filosófico-político. O pensamento de More revela uma atemporalidade analítica, cujos ecos permanecem fundamentais para os debates contemporâneos sobre justiça distributiva, ética pública e a organização racional das instituições.

A arquitetura narrativa de More viabilizou uma crítica contundente ao modelo governamental da Inglaterra, operando uma desconstrução da autoridade monárquica absoluta. Sua contestação incide sobre a estrutura de poder centrada na figura do soberano, em contraposição a uma ordem social fundamentada na essência universal da natureza humana. Ao advogar pela superação das estratificações classistas, More não apenas denuncia a iniquidade de seu tempo, mas estabelece a dignidade do indivíduo e o bem-comum como pilares inegociáveis de uma república virtuosa. Nesse ínterim, esta dissertação reitera que o "não-lugar" de More, configura-se, paradoxalmente, como o lugar permanente da reflexão ética sobre o destino das comunidades políticas.

Em síntese, reafirma-se a premência e a fecundidade de investigações contínuas acerca da temática aqui explorada. A análise da obra de More não se esgota em si mesma; pelo contrário, ela oferece substrato teórico para o fomento de novos debates sobre a fenomenologia do pensamento utópico e suas reconfigurações na contemporaneidade. Que este estudo sirva, portanto, como um vetor para futuras incursões acadêmicas que busquem decifrar não apenas a gênese da Utopia, mas também a persistência de novos horizontes ideativos que desafiam as

estruturas vigentes e propõem, em face das crises do presente, a reinvenção da pólis e do bem-comum.

Referências bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Tradução de Alfredo Bosi. São Paulo: Mestre Jou, 1970. (Ou a edição mais recente: São Paulo: Martins Fontes, 2007).

ALMEIDA, Gabriel. *Thomas More: a utopia e o direito*. São Paulo. 2008.

ALVARO, Alberto. Thomas More e o seu tempo. Lisboa: Seara Nova, 1922.

BARBOSA FILHO, Agripino de Oliveira. Thomas More e a sua Utopia. São Paulo: Editora LTr, 2003.

BAKER-SMITH, Dominic. More's Utopia. Toronto: University of Toronto Press, 1991.

COLLINS, Mark Ian Collins. A FILOSOFIA MORAL E POLÍTICA NA UTOPIA DE THOMAS MORUS. 2010.

CLAEYS, Gregory. Searching for Utopia: The History of an Idea. London: Thames & Hudson, 2013.

DE SILVA, Álvaro. La 'Utopia' de Moro y la crisis postmoderna. Anuário de História de la Iglesia, n.1, p. 203-235. Universidad de Navarra, 1992.

KOSOP, Egon Bockmann. A função crítica e criativa da utopia no pensamento jurídico e político. 2017. 216 f.

FALCON, Francisco J. C. Mercantilismo e Transição. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LYRA FILHO, Roberto. O que é Direito. 11. ed. (ou conforme sua tiragem). São Paulo: Brasiliense, 2012.

HERKENHOFF, João Baptista. Para ler e entender Thomas More. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

LOGAN, George M. The meaning of More's "Utopia". New Jersey: Princeton University Press, 1983.

LIMA, Márcio Gimenes de. Thomas More e o humanismo renascentista. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

LONDON, Avery. The Life of Sir Thomas More. London: Burns, Oates & Washbourne, 1922.

LOPES, José Reinaldo de Lima. O Direito na História: lições de história do direito. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MORE, Thomas. Utopia. Tradução de Anísio Teixeira. Brasília: Editora UnB, 1977.

MIGUEL, Luis Felipe. O nascimento da política moderna: de Maquiavel a Hobbes. Brasília: Editora UnB, 2015.

MORVS, Thomas. Vtopia. In: NASCIMENTO, Aires. (trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

SURTZ, Edward. The praise of pleasure: philosophy, education, and communism in More's Utopia. Massachusetts: Harvard University Press, 1957a.

SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. Tradução de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Sociologia Jurídica Crítica: Para um novo senso comum no direito. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão a Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

PESSANHA, José Américo Motta. O direito à alegria. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência. São Paulo: Editora 34, 2012.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética. Tradução de João Dell'Anna. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

WEIL, Simone. A Condição Operária e outros estudos sobre a opressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.